CME

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

RELATÓRIO ANUAL

Brasília - 2021

REALIZAÇÃO

Comissão de Minas de Energia

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SUMÁRIO

Apresentação 3
Membros da Comissão 4
Galeria dos Membros Titulares 6
Galeria dos Membros Suplentes 10
Quadro Síntese das Atividades 15
Audiências Públicas 18
Seminários 81
Outros Eventos 92
Proposições Apreciadas 97
Requerimentos Apresentados 114
Emendas Orçamentárias 123
Equipe técnica 125

Apresentação

Malgrado o cenário adverso decorrente da pandemia de Covid-19, a Comissão de Minas e Energia, durante a 3ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura, debruçou-se sobre atividades sobremodo relevantes ao fortalecimento da infraestrutura nacional, mediante a realização de reuniões deliberativas e de audiência pública, bem como de seminários, que, pelo modelo virtual e também híbrido, contaram com a participação de representantes do Poder Executivo e de técnicos ligados ao respectivo setor.

Este Órgão Técnico teve a oportunidade de receber por duas ocasiões a presença do Ministro de Estado de Minas e Energia e, entre os temas mais importantes aqui discutidos em audiência pública, cumpre destacar a venda direta de etanol, contemplada pelas Medidas Provisórias nºs 1.063/2021 e 1.069/2021; a crise hídrica nacional; o Novo Marco Regulatório do Setor Elétrico, Projeto de Lei nº 414/2021; bem como a construção de hidrelétricas na Região Norte e a agenda de combustível do Setor Aéreo, ambas de minha autoria.

A Comissão de Minas e Energia realizou, ainda, Seminário que tratou do impacto tarifário dos subsídios do Setor Elétrico, e Seminário sobre mineração, transição energética e clima, que contaram com a presença de especialistas e técnicos altamente capacitados para discorrer sobre as importantes temáticas e, assim, munir os membros desta Comissão do mais elevado saber, tão necessário à condução eficaz do processo legislativo na Casa.

A Comissão manteve-se atenta, também, às necessidades dos setores mineral, elétrico e de combustíveis, ao haver aprovado emendas orçamentárias, a fim de destinar recursos aos levantamentos geológicos e integração geológica Regional – CPRM, à geração de eletricidade renovável e à Política Nacional de Biocombustíveis – RenovaBio.

Há que se agradecer, sem dúvida, aos membros deste Órgão Técnico pela participação consciente e responsável nas diversas discussões travadas no decurso da Sessão Legislativa, bem como às assessorias parlamentares, à Consultoria Legislativa e ao corpo técnico-funcional da Secretaria da Comissão de Minas e Energia, pelo apoio e colaboração na condução desta presidência.

Edio Lopes
Presidente da CME

Membros da Comissão

Presidente: Edio Lopes (PL/RR)

1º Vice-Presidente: João Carlos Bacelar (PL/BA)

2º Vice-Presidente: Elias Vaz (PSB/GO)

3º Vice-Presidente: Joaquim Passarinho (PSD/PA)

Galeria dos Membros Titulares

Airton Faleiro
PT/PA

Altineu Côrtes
PL/RJ

Arnaldo Jardim
CIDADANIA/SP

Benes Leocádio
REPUBLICANOS/RN

Beto Pereira
PSDB/MS

Beto Rosado
PP/RN

Carlos Zarattini
PT/SP

Cássio Andrade
PSB/PA

Christino Aureo
PP/RJ

Coronel Chrisóstomo
PSL/RO

Danilo Forte
PSDB/CE

Edio Lopes
PL/RR

Elcione Barbalho
MDB/PA

Elias Vaz
PSB/GO

Elmar Nascimento
DEM/BA

Eros Biondini
PROS/MG

Fabio Schiochet
PSL/SC

Felício Laterça
PSL/RJ

Fernando Coelho Filho
DEM/PE

Guilher Mussi
PP/SP

Hermes Parcianello
MDB/PR

Igor Timo
PODE/MG

Jesus Sérgio
PDT/AC

João Carlos Bacelar
PL/BA

Joaquim Passarinho
PSD/PA

Laercio Oliveira
PP/SE

Luis Miranda
DEM/DF

Luiz Carlos
PSDB/AP

Marcelo Álvaro Antônio
PSL/MG

Milton Vieira
REPUBLICANOS/SP

Nereu Crispim
PSL/RS

Padre João
PT/MG

Paulo Ganime
NOVO/RJ

Ricardo Guidi
PSD/SC

Ricardo Izar
PP/SP

Roman
PATRIOTA/PR

Rubens Otoni
PT/GO

Sebastião Oliveira
PL/PE

Vavá Martins
REPUBLICANOS/PA

Galeria dos Membros Suplentes

Aelton Freitas
PL/MG

Arthur Oliveira Maia
DEM/BA

Bilac Pinto
DEM/MG

Carlos Henrique Gaguim
DEM/TO

Celso Sabino
PSDB/PA (Gab. 282-III)

Clarissa Garotinho
PROS/RJ

Cleber Verde
REPUBLICANOS/MA)

Coronel Armando
PSL/SC

Daniel Almeida
PCdoB/BA

Daniel Freitas
PSL/SC

Darci de Matos
PSD/SC

Domingos Sávio
PSDB/MG

Eduardo Bismarck
PDT/CE

Francisco Jr.
PSD/GO

Franco Cartafina
PP/MG

Gelson Azevedo
PL/RJ

Greyce Elias
AVANTE/MG

Gustavo Fruet
PDT/PR

Hercílio Coelho Diniz
MDB/MG

Jaqueline Cassol
PP/RO

João Maia
PL/RN

João Roma
REPUBLICANOS/BA

Joenia Wapichana
REDE/RR

Julio Lopes
PP/RJ

Lafayette de Andrada
REPUBLICANOS/MG

Léo Moraes
PODE/RO

Leônidas Cristino
PDT/CE

Leur Lomanto Júnior
DEM/BA

Lucas Redecker
PSDB/RS

Marcelo Brum
PSL/RS

Mariana Carvalho
PSDB/RO

Mário Negromonte Jr.
PP/BA

Merlong Solano
PT/PI

Miguel Lombardi
PL/SP

Neucimar Fraga
PSD/ES

Nicoletti
PSL/RR

Otoni de Paula
PSC/RJ

Ottaci Nascimento
SOLIDARIEDADE/RR

Pedro Lupion
DEM/PR

Pedro Westphalen
PP/RS

Pinheirinho
PP/MG

Professor Joziel
PSL/RJ

Rogério Peninha Mendonça
MDB/SC

Ronaldo Carletto
PP/BA)

Samuel Moreira
PSDB/SP

Sergio Toledo
PL/AL

Sidney Leite
PSD/AM

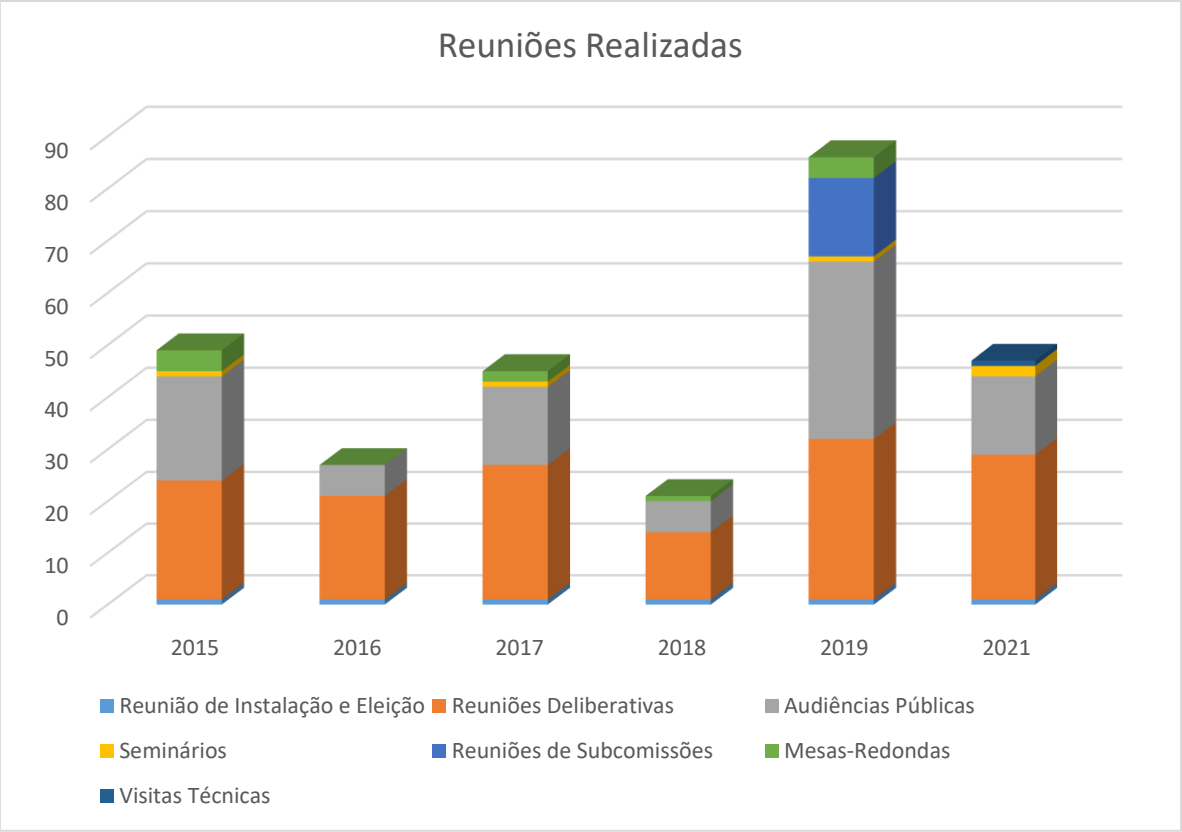
Silas Câmara
REPUBLICANOS/AM

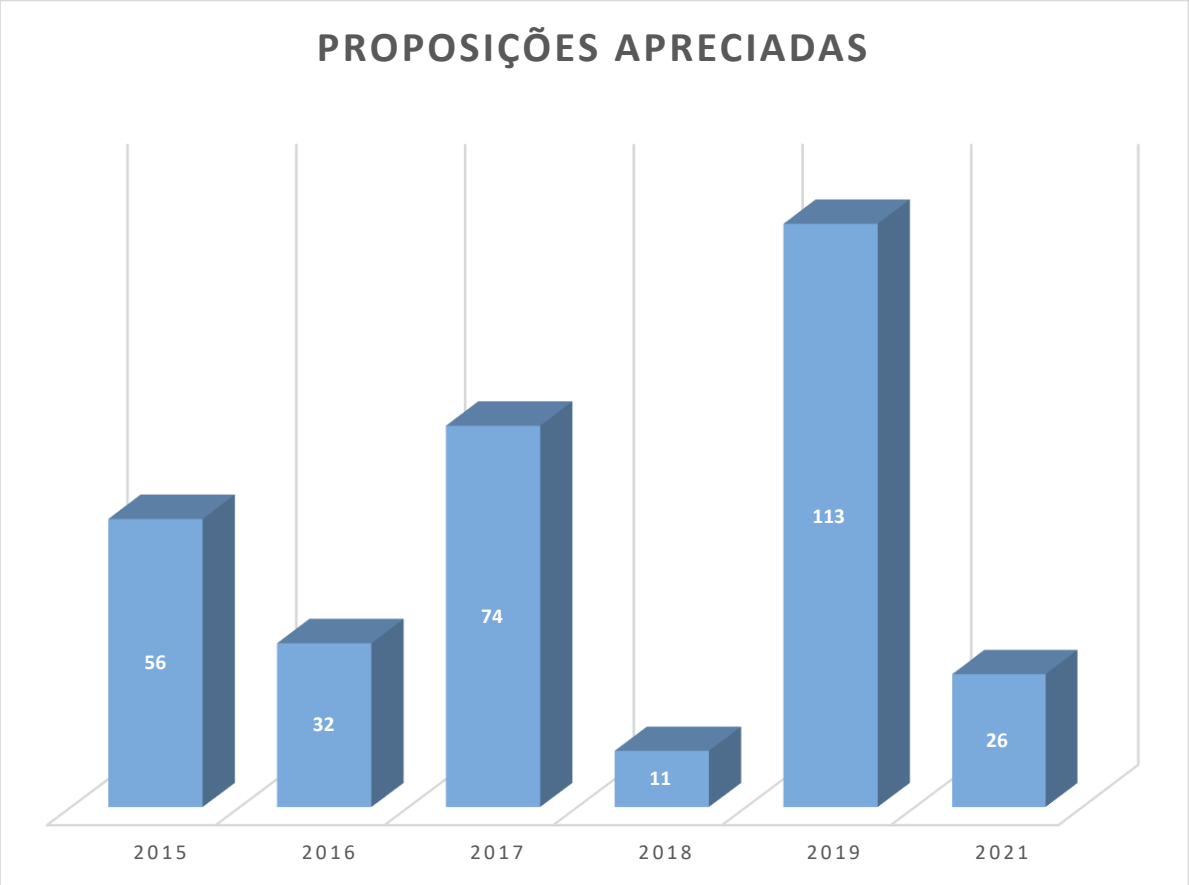
Tiago Dimas
SOLIDARIEDADE/TO

Vander Loubet
PT/MS

Quadro Síntese das Atividades

REUNIÕES	
REUNIÕES DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO	1
REUNIÕES DELIBERATIVAS	28
REUNIÕES DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	15
SEMINÁRIOS	2
REUNIÕES DE COMPARECIMENTO DE MINISTRO	2
VISITA TÉCNICA	1
PROPOSIÇÕES	
PROPOSIÇÕES RECEBIDAS	82
PROPOSIÇÕES APROVADAS	5
PROPOSIÇÕES REJEITADAS	20
PROPOSIÇÕES DECLARADAS PREJUDICADAS	0
PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO	130
EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS	7
REQUERIMENTOS APRESENTADOS	132
REQUERIMENTOS APROVADOS/DEFERIDOS	112
REQUERIMENTOS REJEITADOS	0
REQUERIMENTOS RETIRADOS/PREJUDICADOS	3
REQUERIMENTOS PRONTOS PARA A PAUTA	17


Reuniões Realizadas
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
2015
2016
2017
2018
2019
2021
Reunião de Instalação e Eleição
Reuniões Deliberativas
Audiências Públicas
Seminários
Reuniões de Subcomissões
Mesas-Redondas
Visitas Técnicas


PROPOSIÇÕES APRECIADAS
56
32
74
11
113
26
2015
2016
2017
2018
2019
2021

Audiências Públicas

AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL

EM 13/04/2021

Tema: Efeitos da decisão judicial sobre o Linhão de Tucuruí, em atendimento ao Requerimento nº 13/2021, de autoria do Deputado Edio Lopes.

Fotos: Gustavo Sales/Câmara dos Deputados

Convidados:

1) DOMINGOS ROMEU ANDREATTA
Secretário-Adjunto de Energia Elétrica
Ministério de Minas e Energia

2) MAURO HENRIQUE SOUSA
Advogado da União e Assessor da Consultoria Jurídica
Ministério de Minas e Energia

3) ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA
Diretor-Geral
ANEEL

4) LUIZ AUGUSTO SANTOS LIMA

Subprocurador-Geral da República
PGR

5) CARLA FONSECA DE AQUINO COSTA
Coordenadora-Geral De Licenciamento Ambiental
FUNAI

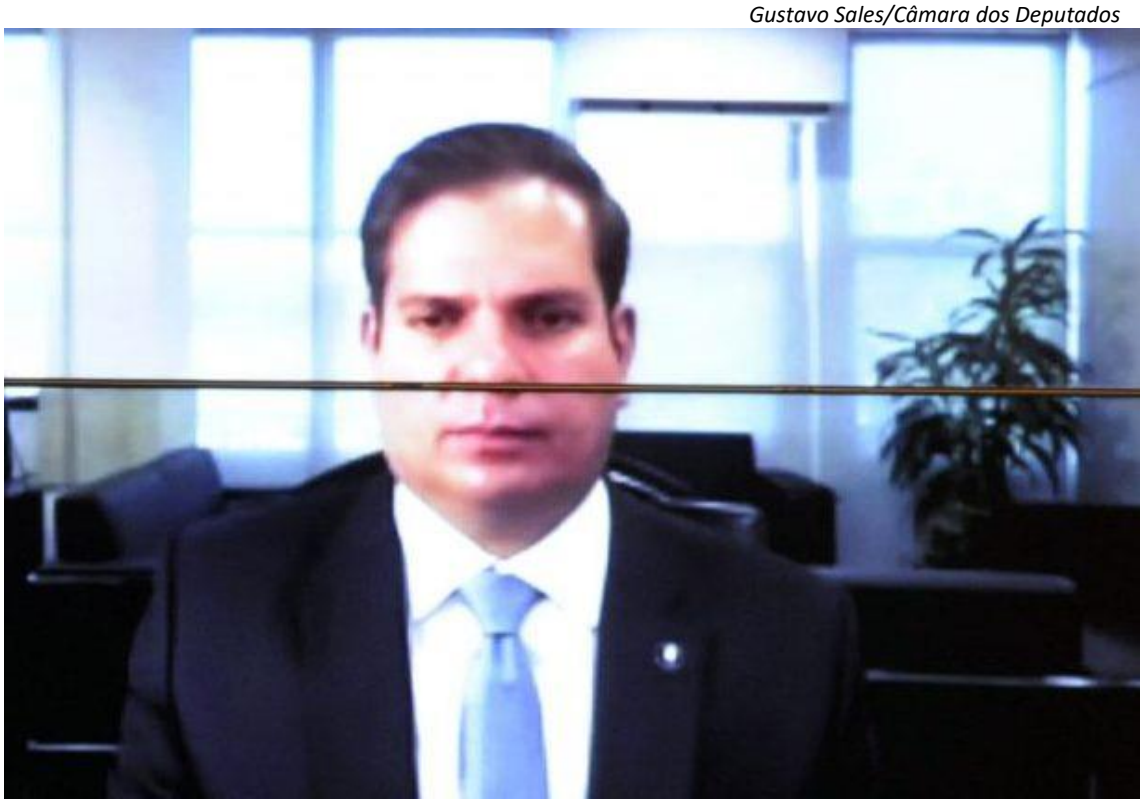
6) EDNALDO GOMES VIDAL, Presidente do Conselho Seccional da OAB/Roraima

7) ALEXANDRE HENKLAIN
Coordenador do Fórum de Energias Renováveis de Roraima

Governo afirma que espera retomar neste ano obras do Linhão de Tucuruí

Linha de transmissão que vai interligar Manaus a Boa Vista deveria estar em operação desde 2015 para ligar Roraima ao sistema elétrico nacional

Gustavo Sales/Câmara dos Deputados



André Pepitone: expectativa é a obra se inicie ainda neste ano

O governo federal espera retomar neste ano as obras de construção do Linhão de Tucuruí, linha de transmissão que vai interligar Manaus (AM) a Boa Vista (RR) e que deveria estar em operação comercial desde 2015. Roraima é o único estado do País que não está integrado ao sistema elétrico nacional e depende desse projeto para sair do isolamento energético.

A informação foi prestada nesta terça-feira (13), por representantes do governo na audiência pública da Comissão de Minas e Energia que discutiu o futuro do empreendimento. O debate foi pedido pelo presidente do colegiado, deputado Edio Lopes (PL-RR).

A retomada do linhão depende de licenciamento ambiental e de uma solução para a remuneração da empresa que ganhou a licitação para a obra, a Transnorte Energia (TNE). A empresa quer rever o valor inicial do contrato de concessão, que foi assinado em 2012.

O Linhão de Tucuruí foi licitado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em 2011. O projeto prevê uma linha de transmissão de 715 quilômetros (km) entre as duas capitais, dos quais 125 km passam por terras do povo indígena Waimiri Atroari.

Arbitragem

O diretor-geral da Aneel, André Pepitone, informou que a diretoria colegiada deverá decidirem breve a respeito da proposta feita em março pela TNE de submeter a arbitragem a disputa sobre o valor da Receita Anual Permitida (RAP). Se a proposta de arbitragem for aceita, serão indicados três árbitros para decidir o caso.

A RAP é a remuneração que as empresas de transmissão recebem pela prestação do serviço. A TNE pediu R$ 395,7 milhões por ano, durante 27 anos, valor 116% superior ao previsto no leilão. A Aneel propôs R$ 275,6 milhões por ano. A TNE alega que os custos de implantação subiram desde a assinatura da concessão, como o aumento de preço dos cabos condutores, o que requer a revisão do contrato.

Pepitone é o relator do pedido de conciliação. Aos deputados, ele não quis se comprometer com uma data para a decisão, mas disse que o assunto é tratado com prioridade na Aneel. “A expectativa é que essa obra se inicie ainda neste ano”, disse. Ele informou ainda que a TNE se comprometeu a extinguir uma ação que move contra a União se a arbitragem for aceita.

No mês passado a Justiça Federal do Distrito Federal acatou pedido da concessionária para rescindir o contrato de concessão sob a alegação de demora no licenciamento ambiental. A decisão ainda é de primeira instância e não tem efeito imediato.

Presente ao debate, o secretário-adjunto de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia, Domingos Andreatta, também se mostrou otimista quanto à retomada do projeto. “Existe uma demonstração clara da empresa [da intenção] de terminar o empreendimento”, disse.

A coordenadora-geral de licenciamento ambiental da Funai, Carla Costa, disse aos deputados que o licenciamento está na fase final. Ela espera que em breve seja realizada a reunião dos Waimiri Atroari para decidir sobre o linhão. A aceitação deles é uma condição para o projeto ser retomado.

Gustavo Sales/Câmara dos Deputados

Carla Costa: licenciamento está na fase final

Demora

Apesar do otimismo dos representantes do Poder Executivo, os deputados criticaram a demora na solução para o caso. O deputado Edio Lopes destacou que "só em 2019 é que os atores públicos se lembraram de que tinha que fazer uma consulta aos Waimiri Atroari". O deputado Hiran Gonçalves (PP-RR) criticou o "atraso inexplicável para quem tem bom senso e senso de administração pública" e afirmou que isso decorre da legislação ambiental e indigenista.

A deputada Joenia Wapichana (Rede-RR) defendeu o processo de consulta ao povo indígena e rebateu o argumento de que eles são empecilho ao empreendimento.

Reportagem – Janary Júnior

Edição – Cláudia Lemos

Fonte: Agência Câmara de Notícias

REUNIÃO DE COMPARECIMENTO DE MINISTRO DE ESTADO (VIRTUAL)

EM 11/05/2021

TEMA: Reunião com a presença do Ministro de Minas e Energia.

Fotos: Cleia Viana/Câmara dos Deputados

CONVIDADO: Ministro Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior.

Ministro descarta falta de energia neste ano, apesar de poucas chuvas

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, garantiu a deputados da Comissão de Minas e Energia da Câmara que, apesar do baixo volume de chuvas desde setembro de 2020, não vai faltar energia este ano. “Nós temos condição de garantir a segurança energética do País para 2021", disse.

Segundo Bento Albuquerque, o último período de chuvas foi o mais baixo dos últimos 91 anos e podem ser necessárias medidas excepcionais para garantia do fornecimento de energia. "Eu já adianto: vai exigir medidas excepcionais e vai exigir bastante atenção por parte de todos os agentes públicos”, alertou.

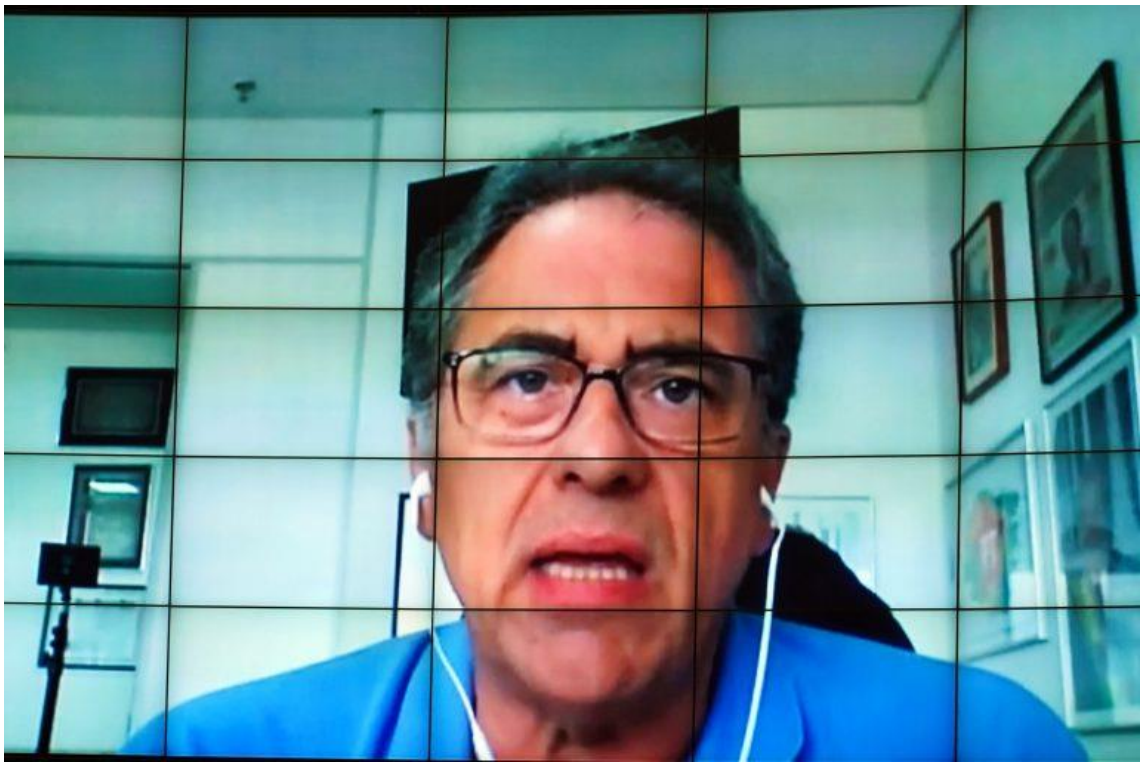
Tarifas

Vários deputados da oposição chamaram a capitalização da Eletrobras, prevista na MP 1031/21, de privatização e citaram estudos que preveem aumento imediato de 14% nas tarifas por causa da separação das usinas hidrelétricas, que passariam a adotar preços de mercado.

O deputado Carlos Zarattini (PT-SP) criticou, por exemplo, o fato de o aumento de 14% nas tarifas gerar receita de R$ 396 bilhões, enquanto o governo prevê R$ 25,5 bilhões para a Conta de Desenvolvimento Energético com a capitalização. "Nós vamos estar aprovando aqui, se o governo tiver sucesso, uma MP que vai aumentar o preço da luz exatamente no momento de uma crise hidrológica”, lamentou Zarattini.

Bento Albuquerque disse, porém, que vai enviar à comissão outros estudos que mostram a manutenção dos valores das tarifas. E explicou que houve reajuste da tarifa após a MP 579/12, que modificou as regras das concessões do setor. O aumento teria sido de 82,7% nos cinco anos seguintes à edição da norma. O ministro salientou que, na época, o governo da então presidente Dilma Rousseff havia prometido queda de 20% nos preços.

Will Shutter/Câmara dos Deputados



Carlos Zarattini criticou aumento de tarifas em período de crise hidrológica

Investimentos

Bento Albuquerque voltou a dizer que a Eletrobras precisa de dinheiro de fora do governo para poder se manter. Segundo ele, em 2020 a empresa investiu apenas R$ 3,3 bilhões quando seriam necessários R$ 14 bilhões. E acrescentou que o governo vai manter 45% das ações após a venda de parte da empresa.

Para o deputado Paulo Ganime (Novo-RJ), o governo poderia ser ainda mais ousado em relação ao sistema energético, atacando subsídios e custos ligados a impostos. "Que fazem com que seja tão caro e que dificulte uma reformulação ampla da nossa matriz energética", afirmou.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, anunciou vários investimentos, como a interligação de Roraima ao sistema energético do País até 2024. Também devem ser feitos leilões de linhas de transmissão neste ano e no próximo para resolver o problema de segurança energética do Amapá, onde ocorreram apagões no ano passado. Albuquerque ainda disse que vai lançar em breve um programa para desenvolvimento do mercado de hidrogênio.

Ele também defendeu a aprovação dos projetos de lei que tratam da portabilidade da conta de luz (PL 414/21), das concessões do petróleo do pré-sal (PL 5007/20), do ICMS de combustíveis (PLP 16/21) e da exploração mineral em terras indígenas (PL 191/20).

Reportagem - Sílvia Mugnatto

Edição - Geórgia Moraes

Fonte: Agência Câmara de Notícias

AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL

EM 01/06/2021

TEMA: Transparência no uso e controle social da CFEM e da CFURH, em atendimento ao Requerimento nº 19/2021, de autoria do Dep. Padre João.

Fotos: Gustavo Sales/Câmara dos Deputados

CONVIDADOS:

1) AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM
VICTOR HUGO FRONER BICCA;
Diretor-Geral
TASSO MENDONÇA;
Diretor
ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA;
Superintendente de Arrecadação

2) CARLOS CABRAL ;
Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

3) DANIEL BONA;
Promotor de Justiça
Ministério Público do Estado do Pará

4) ASSIS DA COSTA OLIVEIRA;
Professor
Universidade Federal do Pará

5) BRUNO MILANEZ;
Professor
Universidade Federal de Juiz de Fora

6) JOSÉ FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA;
Presidente
Associação de Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil - AMIG

7) WAGNER PINHEIRO;
Presidente
Instituto do Desenvolvimento da Mineração - IDM.

Debatedores defendem transparência no uso de royalties da mineração e de recursos hídricos

Agência Nacional de Mineração propõe que estados e municípios divulguem dados da arrecadação e aplicação dos recursos

Participantes de audiência pública promovida pela Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados nesta terça-feira (1º) defenderam maior transparência na aplicação dos recursos de compensações financeiras cobradas dos segmentos de mineração e de geração de energia elétrica, os chamados royalties – as compensações financeiras pela Exploração Mineral (CFEM) e de Recursos Hídricos (CFURH).

Gustavo Sales/Câmara dos Deputados

Segundo Etivaldo da Silva, em 2020 a CFEM arrecadou pouco mais de R$ 6 bilhões

O superintendente de arrecadação da Agência Nacional de Mineração (ANM), Etivaldo da Silva, propôs que estados e municípios criem estruturas para divulgar a arrecadação e a aplicação dos recursos da CFEM nos sites dos respectivos tribunais de contas e de assembleias legislativas e câmaras de vereadores.

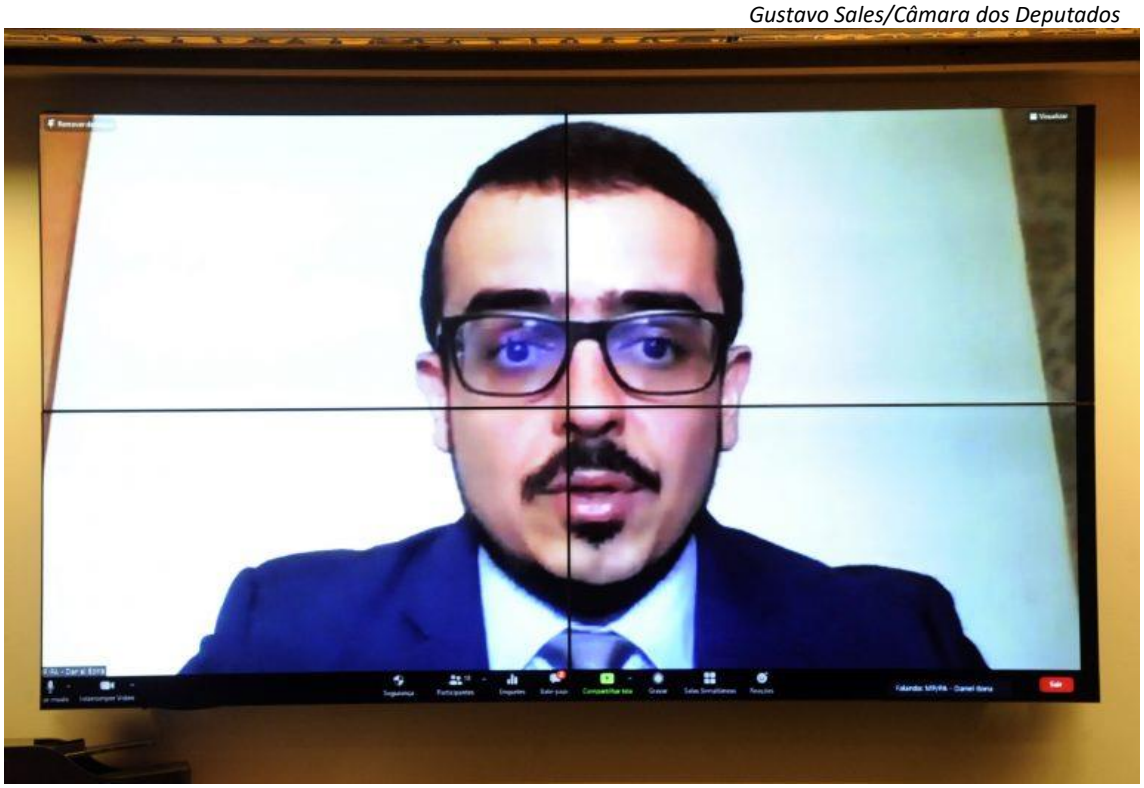
Ele explicou que a CFEM é um tributo que incide sobre a atividade mineradora, com alíquotas entre 0,2% e 3,5%, sendo exigido de pessoas físicas e jurídicas que atuam no segmento. “Em 2020, a CFEM arrecadou pouco mais de R$ 6 bilhões, com alíquota média de 2,91%”, afirmou Silva.

Atualmente, 7% do arrecadado com a CFEM são destinados à própria ANM, sendo o restante distribuído entre municípios onde há mineração (60%), estados (15%), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-Ibama (0,2%), o Centro de Tecnologia Mineral-Cetem (1,8%) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT (1%).

Diretrizes

O promotor de Justiça Daniel Bona, do Ministério Público do Estado do Pará, sugeriu a aprovação de uma lei que garanta mais transparência na distribuição dos recursos das duas contribuições. "Temos de definir diretrizes que permitam saber onde a verba vai ser aplicada, é preciso também ter regras especificas de transparência, estabelecendo como estados e municípios devem divulgar gastos relacionados a essas compensações", declarou.

Gustavo Sales/Câmara dos Deputados



Daniel Bona: é preciso definir diretrizes para se saber onde a verba é aplicada

Segundo Bona, um procedimento administrativo instaurado em 2018 na cidade de Altamira – uma das impactadas pela usina hidrelétrica de Belo Monte –, no Pará, apontou dois problemas relacionados à aplicação de compensações financeiras: dificuldade de rastreamento e uso indiscriminado.

"Fomos aprofundando as investigações e verificamos, a partir da contabilidade, que essas verbas estavam servindo não para compensar os impactos econômicos, sociais e ambientais na região, mas para alguns interesses escusos do corpo político de Altamira", disse o promotor.

O deputado Padre João (PT-MG), que propôs o debate, concordou com a necessidade de aumentar o controle social e a transparência sobre os recursos das compensações, porém

destacou que o desafio do Congresso é fazer isso sem invadir as competências de estados e municípios.

"Necessitamos avançar em um marco regulatório em relação à utilização das contribuições. Isso é fundamental. Talvez um plano nacional com competências distribuídas", afirmou.

Para o deputado, além de compensar impactos, os recursos das compensações devem servir para diversificar as atividades econômicas das cidades. "O problema maior para o município é depender de uma única atividade. Temos de criar alternativas de renda", completou.

CFURH

Por sua vez, o superintendente de Concessões e Autorizações de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Carlos Cabral, detalhou que a CFURH é paga pelas produtoras de energia elétrica de origem hídrica aos entes federados que abrigam hidrelétricas ou reservatórios.

"As concessionárias recolhem 7% do valor da energia produzida a título de compensação financeira. O total a ser pago corresponde a 7% do produto entre a energia gerada no mês e a Tarifa Atualizada de Referência (TAR) – definida anualmente por meio de resolução da Aneel", informou.

Cabral também considera fundamental aumentar a transparência sobre o uso da CFURH, que arrecadou R$ 1,85 bilhão em 2020. "Transparência tem de ser cada vez mais o caminho quando se trata de valores tão vultosos", comentou.

Dos 7% recolhidos, 0,75% é destinado à Agência Nacional de Águas (ANA) e 6,25% distribuídos entre municípios (65%), estados (25%) e a União (10% – repartidos entre o Ministério de Meio Ambiente (3%); o Ministério de Minas e Energia (3%) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (4%).

Participação especial

Por fim, o representante da Associação de Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (Amig), José Fernando de Oliveira, defendeu a aprovação do projeto (PL 463/11) que cria a cobrança de participação especial em reservas minerais de grande rentabilidade; e também da PEC 42/19, que acaba com a isenção prevista na Lei Kandir para a exportação de minérios.

Reportagem – Murilo Souza

Edição – Marcelo Oliveira

Fonte: Agência Câmara de Notícias

AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL

EM 15/06/2021

TEMA: Crise Hídrica, em atendimento aos Requerimentos nº 51/2021, de autoria do Dep. Christino Áureo, e nº 54/2021, de autoria do Dep. Danilo Forte.

Fotos: Arquivo da Comissão

CONVIDADOS

1) Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL
ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA (Confirmado)
Diretor-Geral

2) Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS
LUIZ CARLOS CIOCCHI (Confirmado)
Diretor Geral
SINVAL ZAIDAN GAMA (Confirmado)
Diretor de Operação
ALEXANDRE NUNES ZUCARATO (Confirmado)
Diretor de Planejamento

3) Empresa de Pesquisa Energética - EPE
THIAGO BARRAL (Confirmado)
Presidente

4) Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE
GILVAN SAMPAIO DE OLIVEIRA (Confirmado)

Coordenador-Geral de Ciências da Terra
IZABELLY CARVALHO DA COSTA (Confirmado)
Chefe da Divisão de Previsão de Tempo e Clima

5) Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA
CHRISTIANNE DIAS FERREIRA (Confirmado)
Diretora Presidente
OSCAR CORDEIRO NETTO (Confirmado)
Diretor da Área de Regulação
JOAQUIM GUEDES CORRÊA GONDIM FILHO (Confirmado)
Superintendente de Operações e Eventos Críticos
PATRICK THADEU THOMAS (Confirmado)
Superintendente de Regulação

6) Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP;
RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA
Diretor-Geral
HELIO DA CUNHA BISAGGIO
Superintendente de Infraestrutura e Movimentação

7) Fórum de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Setor Elétrico - FMASE
MARCELO MORAES (Confirmado)
Presidente

8) Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE
MARCOS MADUREIRA (Confirmado)
Presidente

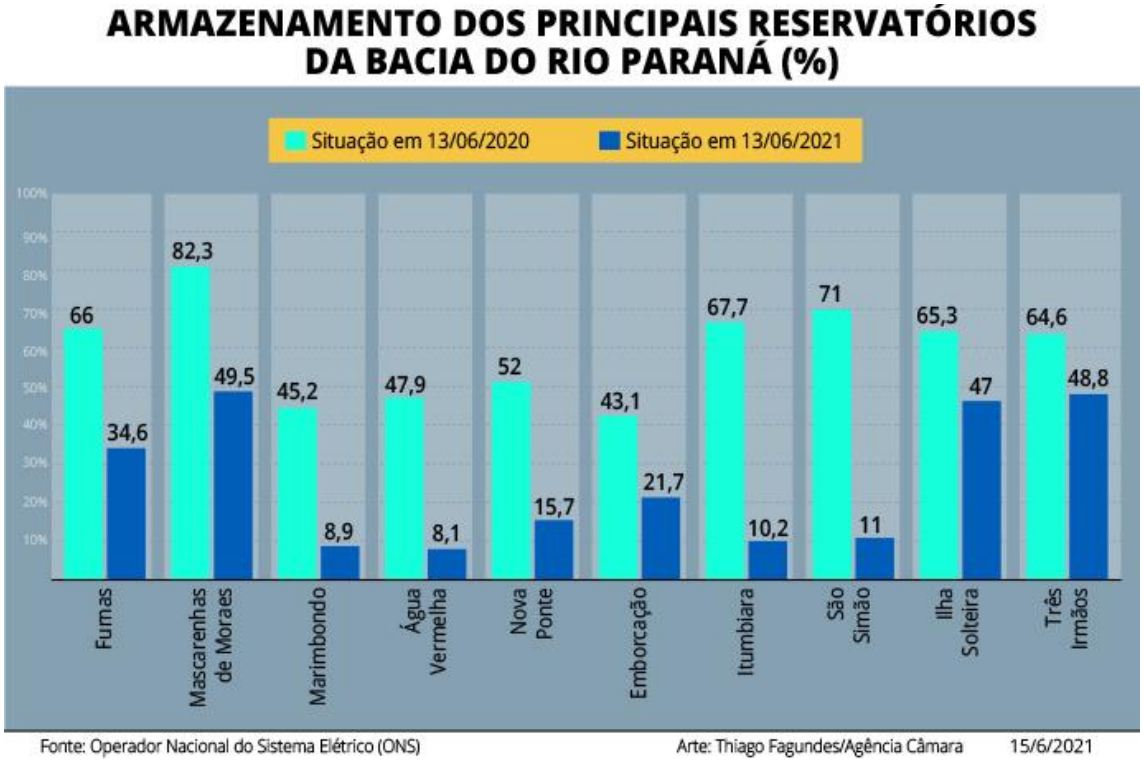
Representantes do setor elétrico descartam racionamento em 2021

Diretor-geral da Aneel, no entanto, admite que uso de termelétricas deve elevar a conta de luz no próximo ano

A afirmação foi feita nesta terça-feira (15) por diretores da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Eles participaram de audiência pública na Comissão de Minas e Energia. O debate foi proposto pelos deputados Christino Áureo (PP-RJ) e Danilo Forte (PSDB-CE) e discutiu a crise hídrica.

De acordo com o ONS, os reservatórios de hidrelétricas das regiões Sudeste e Centro-Oeste, que respondem por 70% da capacidade de armazenamento do País, passam pela pior seca desde que os indicadores começaram a ser medidos, em 1931. Hoje, o nível de armazenamento é de 30,8%. Em algumas usinas, como Itumbiara e Água Vermelha, está em torno dos 10% (*veja no gráfico*).

"Com essas ações, a gente garante que chega ao final do ano com energia e potência necessárias para o consumo da sociedade", disse o diretor geral do ONS, Luiz Carlos Ciocchi. Na avaliação da entidade, com as medidas anunciadas os reservatórios do Sudeste e Centro-Oeste chegarão em novembro, quando começa a estação chuvosa, com 10,3% da sua capacidade. Sem as medidas, chegaria a 7,5%.



Conta de luz

O diretor-geral da Aneel, André Pepitone, reconheceu a gravidade da crise hídrica, mas disse que a situação do Brasil hoje é melhor do que em 2001, quando houve o

racionamento. Segundo ele, fatores como a expansão das linhas de transmissão e inclusão das fontes renováveis na matriz elétrica (como solar e eólica) deixaram o País mais preparado para o momento. “Nós temos uma segurança energética hoje muito mais robusta do que havia há 20 anos”, afirmou.

Pepitone disse ainda aos deputados que o acionamento das termelétricas vai elevar a conta de luz dos brasileiros. O custo adicional do despacho destas usinas é estimado em quase R$ 9 bilhões entre janeiro e novembro, valores que serão repassados para os consumidores em 2022.

Também convidado à audiência pública, o coordenador-geral de Ciências da Terra do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Gilvan Sampaio, disse que a cada ano a estação seca tem começado mais cedo e se prolongado mais em todo o País. “Isso é recorrente nos últimos 20 anos”, afirmou.

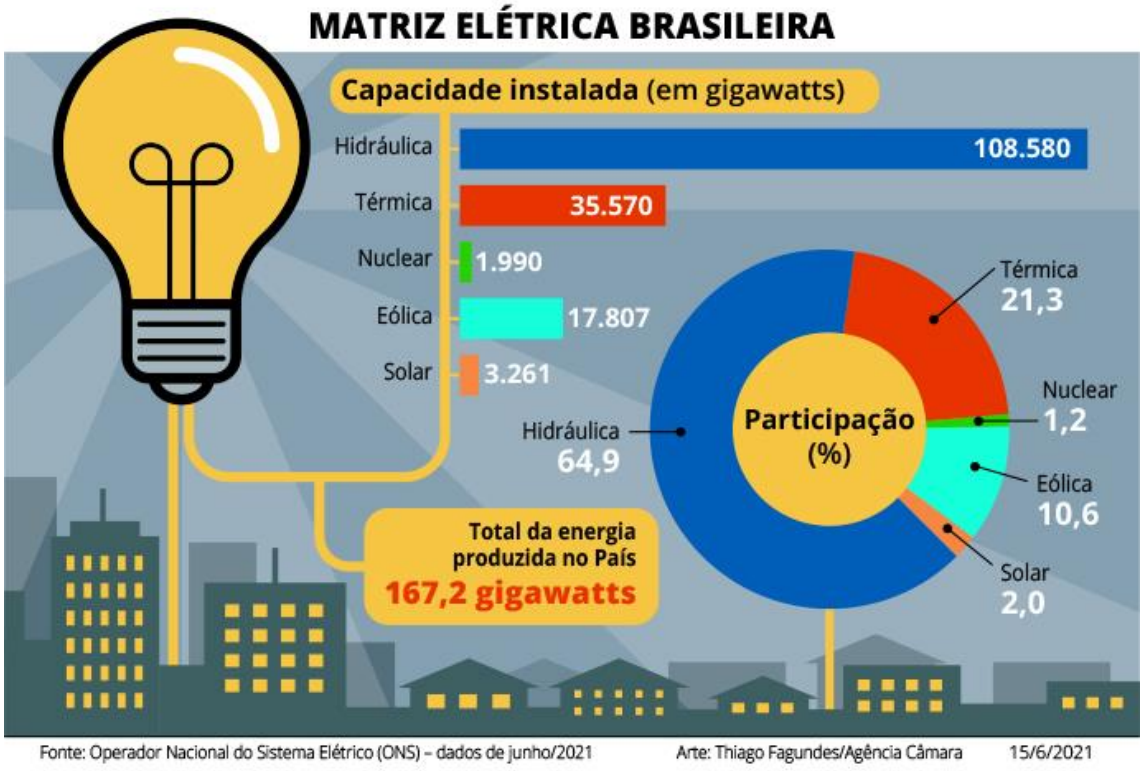
Participação do governo

Durante a audiência pública, o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) disse ser contra a ideia do governo, divulgada na imprensa, de criar uma nova instância para coordenar o plano de ação contra o racionamento de energia elétrica. “Ao invés de instituir novas formas de gestão, é melhor fortalecer as atuais instâncias”, disse Jardim.

O deputado Danilo Forte cobrou a maior participação do governo na discussão de medidas estruturantes para o setor elétrico, como a liberalização do mercado e geração distribuída. Ele foi apoiado pelo presidente da comissão, Edio Lopes (PL-RR). “Nós carecemos de uma posição mais firme do governo”, disse Lopes.

Já o deputado Christino Áureo destacou a importância da diversificação da matriz energética brasileira nos últimos anos, mas disse que o País não pode abrir mão das fontes fósseis. “Não podemos demonizar o uso de fontes fósseis, especialmente das térmicas. Elas nos darão um suporte muito grande nessa travessia”, afirmou.

Os deputados Padre João (PT-MG) e Elias Vaz (PSB-GO) se posicionaram contra aumento de conta de luz. “Se tem uma coisa que a gente não pode é aumentar ainda mais a carga sobre o setor produtivo e os trabalhadores, que estão em uma situação difícil hoje”, disse Vaz.



Reportagem – Janary Júnior

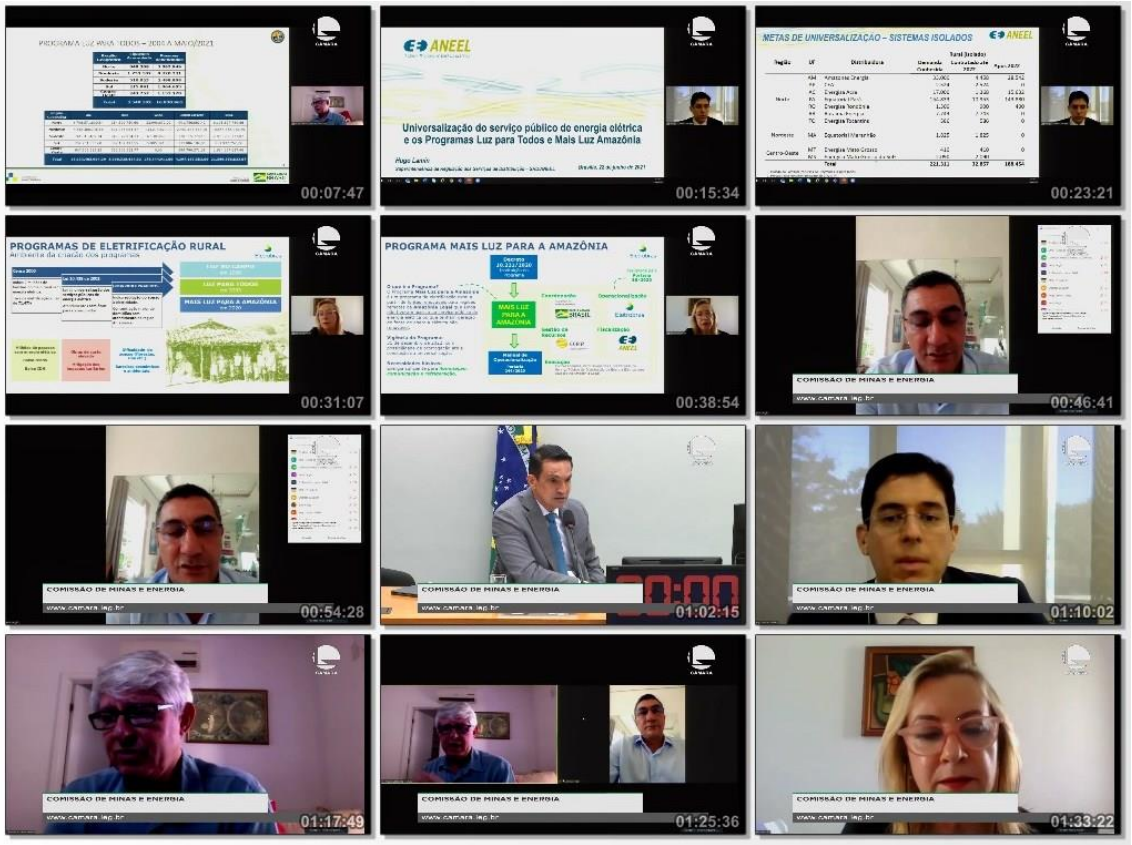
Edição – Roberto Seabra

Fonte: Agência Câmara de Notícias

AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL

DIA 22/06/2021

TEMA: Programa Luz para Todos, em atendimento aos Requerimentos nº 30/2021, de autoria do Deputado Sidney Leite, e nº 42/2021, de autoria do Deputado Jesus Sérgio.



Fotos: Arquivo da Comissão

CONVIDADOS:

1) PAULO GONÇALVES CERQUEIRA (Confirmado)
Diretor do Departamento de Políticas Sociais e Universalização do Acesso à Energia Elétrica
Ministério de Minas e Energia

2) HUGO LAMIN (Confirmado)
Superintendente Adjunto de Regulação dos Serviços de Distribuição - SRD
ANEEL

3) RENATA FALCÃO (Confirmada)
Superintendente de Programas de Governo
EMERSON SALVADOR (Confirmado)
Gerente dos Programas Luz para Todos e Mais Luz na Amazônia
ELETROBRAS

Prazo de conclusão do 'Luz para Todos' está mantido, afirmam representantes do governo

Previsto para encerrar em 2022, programa pretende ainda atender 420 mil famílias que não têm acesso à energia

Sérgio Andrade/Governo de São Paulo

Energia solar é utilizada para levar eletricidade a regiões remotas

Representantes do governo afirmaram nesta terça-feira (22), em audiência pública na Câmara dos Deputados, que o prazo de conclusão do Programa Luz para Todos está mantido para 2022. A data foi fixada por um decreto de 2018. Ainda falta atender cerca de 428 mil famílias, que hoje não estão interligadas à rede elétrica nacional ou a sistema isolados.

O assunto foi discutido na Comissão de Minas e Energia a pedido dos deputados Sidney Leite (PSD-AM) e Jesus Sérgio (PDT-AC), que manifestaram preocupação com o impacto da pandemia no ritmo do programa, principalmente na Região Norte.

O programa Luz para Todos foi criado na administração Lula e está sendo executado desde 2004. No ano passado, o governo Bolsonaro criou uma versão específica para as populações de regiões remotas da Amazônia Legal, chamado Mais Luz para a Amazônia (MLA). O prazo de conclusão dele também é 2022, conforme o decreto de criação.

Empenho

O diretor do Departamento de Políticas Sociais e Universalização do Ministério de Minas

e Energia, Paulo Gonçalves Cerqueira, reconheceu as dificuldades, mas garantiu que a data final não deve ser modificada. O Luz para Todos é coordenado pelo ministério e executado pelas distribuidoras estaduais de energia elétrica.

"Vamos fazer o máximo de empenho para que as distribuidoras 'corram atrás do prejuízo' e façam um volume muito grande de ligações no segundo semestre de 2021 e, principalmente, no ano de 2022", disse. Cerqueira afirmou ainda que alguns contratos de interligação de unidades consumidoras podem ser cumpridos em 2023, mas não haverá necessidade de usar o ano todo.

Pandemia

Ele explicou aos parlamentares que a pandemia dificultou a execução do programa. Muitos municípios bloquearam as visitas das equipes das distribuidoras como forma de conter o avanço da Covid-19. A Fundação Nacional do Índio (Funai) também vetou o acesso dos técnicos às terras indígenas por onde passarão linhas de transmissão. As populações indígenas estão entre os grupos de risco da doença.

Presente ao debate, o superintendente adjunto de Regulação dos Serviços de Distribuição da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Hugo Lamin, afirmou que o orçamento do Luz para Todos para 2021, cerca de R$ 1,3 bilhão, está garantido. O valor de 2022 será definido em agosto. O Luz para Todos é financiado por um subsídio presente na conta de luz paga por todos os brasileiros.

Nova demanda

Para os deputados que propuseram o debate, a preocupação é garantir a continuidade do programa na Região Norte. Jesus Sérgio informou que a pandemia forçou populações que viviam em áreas urbanas a retornarem ao meio rural em busca de melhores condições. Isso criou uma nova demanda por ligações elétricas, que talvez ainda não esteja mapeada. "Elas estão desbravando novamente as localidades e vão surgir novas residências", disse.

O deputado Sidney Leite defendeu a prorrogação do prazo para garantir a universalização da energia elétrica na região Norte. "O que me preocupa não é só garantir os recursos necessários, é o prazo da execução. Esse déficit pós-2022 é o que nos preocupa", disse. Apesar disso, ele elogiou os dois programas de universalização, principalmente o MLA, por estar atendendo as populações de regiões remotas com energia solar.

Reportagem – Janary Júnior

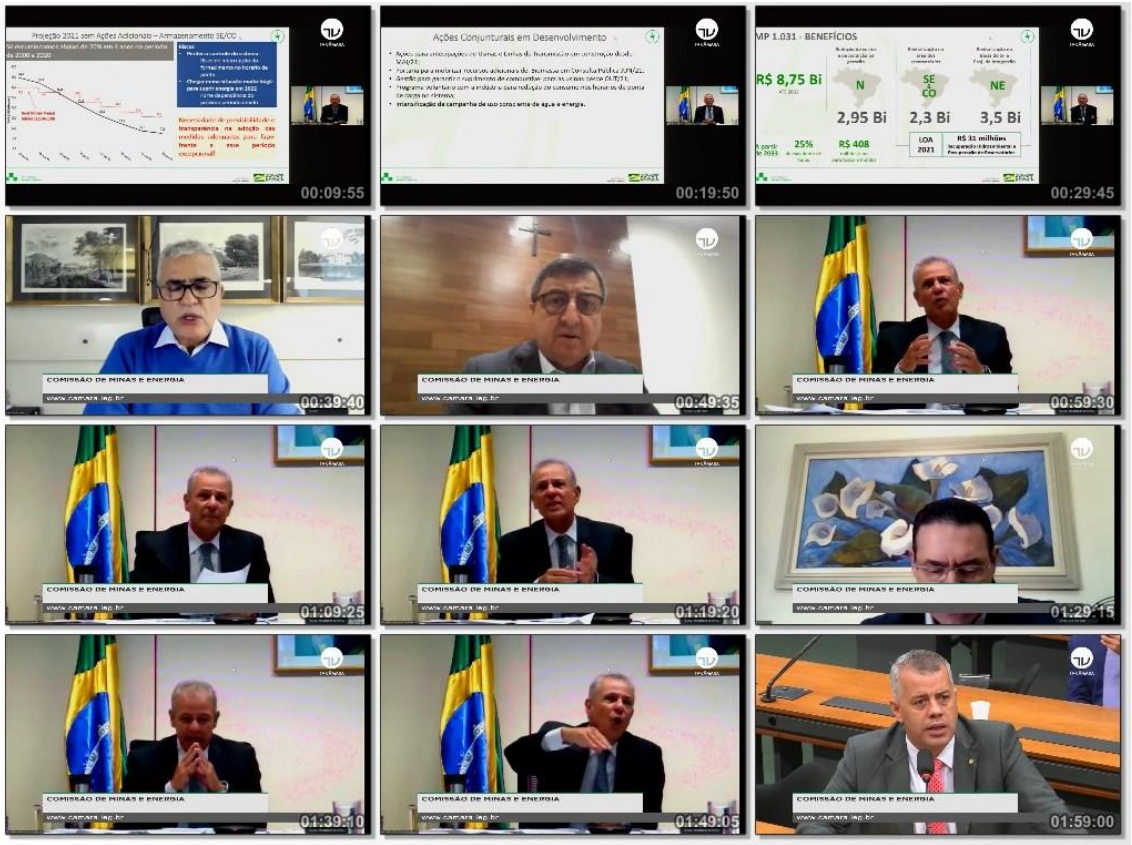
Edição – Roberto Seabra

Fonte: Agência Câmara de Notícias

REUNIÃO DE COMPARECIMENTO DE MINISTRO DE ESTADO (VIRTUAL)

EM 23/06/2021

TEMA: Crise Hídrica, em atendimento aos Requerimentos nºs 51/2021-CME, de autoria do Dep. Christino Áureo, 52/2021-CME, de autoria do Dep. Carlos Zarattini, e 54/2021-CME de autoria do Dep. Danilo Forte.



Fotos: Arquivo da Comissão

CONVIDADO: BENTO ALBUQUERQUE, Ministro de Minas e Energia

Ministro de Minas e Energia descarta racionamento por causa de crise hídrica

Bento Albuquerque anunciou o acionamento das termelétricas, importação de eletricidade e campanha de conscientização

Apesar de o país estar enfrentando a pior crise hídrica em 91 anos, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, descartou a necessidade de racionamento de eletricidade ao participar de audiência pública da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados nesta quarta-feira (23). Ele alertou, no entanto, para a importância de medidas que evitem o risco de interrupção no fornecimento em horários de pico e a dependência do próximo período úmido.

Na audiência, o ministro explicou que, em 2020, a condição dos reservatórios era de normalidade, mas com a diminuição de chuvas entre outubro do ano passado e maio deste ano, 2021 já começou em uma situação pior. Atualmente, os reservatórios das regiões Sudeste e Centro-Oeste, responsáveis por 70% da geração de energia do país, estão com apenas 30,2% de sua capacidade.

“Se nós tivermos uma repetição das chuvas de 2020 em 2021, nós podemos chegar, se nada for feito, a uma condição bastante desfavorável ao final desse ano, em novembro e dezembro, com os nossos reservatórios abaixo de 20%”, disse.

Medidas

Bento Albuquerque afirmou que o plano de ação posto em prática desde outubro de 2020 tem 40 itens, como o acionamento das usinas termelétricas; o aumento da importação de eletricidade da Argentina e Uruguai; e uma campanha para estimular o uso racional de energia; além de um programa com a indústria para reduzir o consumo no horário de pico.

Outras providências listadas pelo ministro de Minas e Energia são a antecipação de obras em usinas e linhas de transmissão e o suprimento de combustível para as usinas já em funcionamento. Desde maio, uma Sala de Situação instalada na Casa Civil da Presidência da República monitora a situação hídrica do país.

Bento Albuquerque ressaltou que não é possível comparar a crise atual com as que aconteceram em 2001 e 2014.

“É importante ressaltar que a nossa capacidade instalada mais do que dobrou, saindo de 81 GW para 186 GW de 2001 para 2021. A representação da matriz hidráulica era cerca de 85%; hoje ela corresponde a 61%. A nossa matriz também se diversificou bastante, principalmente com energias renováveis”, observou.

Energias renováveis

Muitos parlamentares apontaram a urgência de se incentivar a adoção das energias renováveis, como a eólica, que usa a força dos ventos, ou a que tem a biomassa como combustível. Vice-presidente da Comissão de Minas e Energia, o deputado Elias Vaz (PSB-GO) citou a energia solar. “A produção de energia fotovoltaica, energia solar, ela é

fundamental, porque ela é limpa e gera riqueza e não precisa de um investimento do poder público", disse.

Um dos autores do pedido para a realização da audiência, o deputado Danilo Forte (PSDB-CE) expressou um temor pelo impacto da crise hídrica nos valores das contas de luz.

"Há uma preocupação da sociedade, principalmente num momento de economia fraca como nós estamos vivendo, de desemprego alto e de volta da inflação, com relação à questão das tarifas e do preço que nós vamos pagar por mais essa crise. O consumidor está muito assustado e a sociedade brasileira está muito preocupada", afirmou.

O ministro de Minas e Energia declarou que espera chegar ao final do ano com o sistema elétrico em melhores condições e sem onerar o consumidor. Ele informou que, no ano passado, o reajuste médio das contas foi de 2,5%.

Eletrobras
Bento Albuquerque também reservou uma parte de seu tempo na Comissão de Minas e Energia da Câmara para elogiar a aprovação da medida provisória (MP 1031/21) que prevê a capitalização da Eletrobras. Segundo ele, a mudança é um passo para a modernização do setor elétrico e trará um alívio tarifário de 1,1% para o consumidor, além de aumentar os investimentos na revitalização dos reservatórios.

Reportagem – Cláudio Ferreira

Edição – Roberto Seabra

Fonte: Agência Câmara de Notícias

AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL

EM 06/07/2021

TEMA: Critérios de operação da usina de Furnas e uso múltiplo das águas, em atendimento ao Requerimento nº 47/2021, do deputado Domingos Sávio.

Fotos: Gustavo Sales/Câmara dos Deputados

CONVIDADOS:

1) Ministério de Minas e Energia;
CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA (Confirmado)
Secretário de Energia Elétrica

2) Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;
LUIZ CARLOS CIOCCHI (Confirmado)
Diretor-Geral
SINVAL ZAIDAN GAMA (Confirmado)
Diretor de Operação
ALEXANDRE NUNES ZUCARATO (Confirmado)
Diretor de Planejamento

3) Furnas Centrais Elétricas;
CLOVIS TORRES (Confirmado)
Diretor-Presidente
PEDRO EDUARDO BRITO (Confirmado)
Diretor de Gestão Corporativa

4) Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA;
CHRISTIANNE DIAS FERREIRA
Diretora Presidente
OSCAR CORDEIRO NETTO (Confirmado)
Diretor da Área de Regulação
PATRICK THADEU THOMAS (Confirmado)
Superintendente de Regulação

5) Prefeito de Guaraci/SP;
RENATO AZEDA (Confirmado)
Prefeito

6) Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais;
MARÍLIA CARVALHO DE MELO (Confirmada)
Secretária de Estado

7) Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo;
LUIZ RICARDO SANTORO (Confirmado)
Secretário Executivo

8) Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio Rio Grande;
HENRIQUE RODARTE FERNANDES SILVA (Confirmado)
Secretário Executivo

9) Associação dos municípios do Lago de Furnas - ALAGO;
DJALMA FRANCISCO CARVALHO (Confirmado)
Presidente
AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS (Confirmado)
Consultor para Assuntos de Água e Energia

10) União dos Empreendedores do Lago de Furnas e Peixoto - UNELAGOS.
THADEU LESSA MOURTHÉ DE ALENCAR (Confirmado)
Diretor

Deputados cobram planejamento de uso múltiplo das águas do Lago de Furnas

Representante do governo lembra que MP já aprovada pela Câmara prevê recursos para projetos de revitalização de bacias hidrográficas

Deputados cobraram de representantes do governo nesta terça-feira (6) o planejamento do uso múltiplo de águas do Lago de Furnas e a recuperação do reservatório, cujo entorno abrange 34 cidades mineiras e vive hoje uma situação crítica.

A crise hídrica reduziu o volume do lago para apenas 28,61% da sua capacidade, pelos dados de ontem do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). A queda comprometeu o uso das águas para outras atividades, além da geração de energia elétrica, como abastecimento humano, turismo, irrigação e pesca.

A situação de Furnas foi discutida em audiência pública promovida pela Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. O debate contou com representantes da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), do Ministério de Minas e Energia e de Furnas, estatal pertencente à Eletrobras.

"Não podemos e não vamos mais aceitar aqueles que alegam que ali nada mais é que um reservatório de produção de energia elétrica. É preciso conciliar a produção de energia com outras atividades que dependem da água", disse o deputado Domingos Sávio (PSDB-MG), um dos proponentes da audiência, ao lado dos deputados Padre João (PT-MG) e Arnaldo Jardim (Cidadania-SP).

Domingos Sávio também cobrou a manutenção de um artigo da Medida Provisória 1031/21 (que trata da privatização da Eletrobras), que obriga a ANA a definir, em 60 dias, as regras operativas dos reservatórios das usinas hidrelétricas situadas no Rio Paranaíba e no Rio Grande. Furnas pertence a este último. A MP aguarda sanção presidencial.

Arnaldo Jardim defendeu o planejamento do uso das águas associado aos interesses dos municípios mineiros e paulistas banhados pela bacia do Rio Grande, como as usinas Furnas e Marimbondo. "Nós não sobreviveremos se não tivermos essa visão conjunta", disse. Afirmação semelhante foi feita pelo deputado Emidinho Madeira (PSB-MG).

Já os deputados Padre João e Danilo Forte (PSDB-CE) questionaram decisões do governo federal. Para o primeiro, a privatização da Eletrobras vai piorar a situação dos reservatórios. Forte sugeriu a antecipação do leilão das linhas de transmissão que vão escoar a geração de energia no Nordeste a partir de usinas eólicas e fotovoltaicas. Para ele, a medida reduziria a necessidade de uso dos reservatórios das hidrelétricas.

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

No telão, Djalma Carvalho, representante dos municípios do Lago de Furnas

Gestão falha

Durante a audiência pública, representantes dos municípios localizados ao longo do Lago de Furnas fizeram críticas à gestão das águas do reservatório. "Não houve uma preocupação em fazer a gestão considerando a imensa possibilidade de geração de emprego e renda produzida pelos lagos criados pelos reservatórios artificiais", disse o presidente da Associação dos Municípios do Lago de Furnas (Alago), Djalma Carvalho, também prefeito de Cristais (MG).

O diretor da União dos Empreendedores do Lago de Furnas e Peixoto (Unelagos), Thadeu Alencar, foi mais incisivo. "Não temos um problema de clima, mas temos um de falta de gestão competente", disse. Ele afirmou ainda que a população dos municípios abrangidos pelo lago não abre mão da cota mínima de volume para Furnas de 762 metros em relação ao nível do mar (o equivalente a 56% do nível da represa).

Recursos

Durante o debate, o secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia, Christiano Vieira, afirmou que uma das saídas para melhorar a situação de Furnas, e outros reservatórios, é a injeção de recursos para a recuperação das áreas. A MP 1031 prevê a destinação de dinheiro para projetos de revitalização de bacias hidrográficas brasileiras. Para a região Sudeste/Centro-Oeste, onde está Furnas, a previsão é de R$ 231 milhões por ano, durante 10 anos.

Para ele, essa injeção é melhor do que estabelecer uma cota mínima de uso das águas de reservatórios. "É importante ter um fluxo financeiro perene a ser utilizado na recuperação de mananciais, de vegetação nativa, de desassoreamento", disse.

Reportagem – Janary Júnior

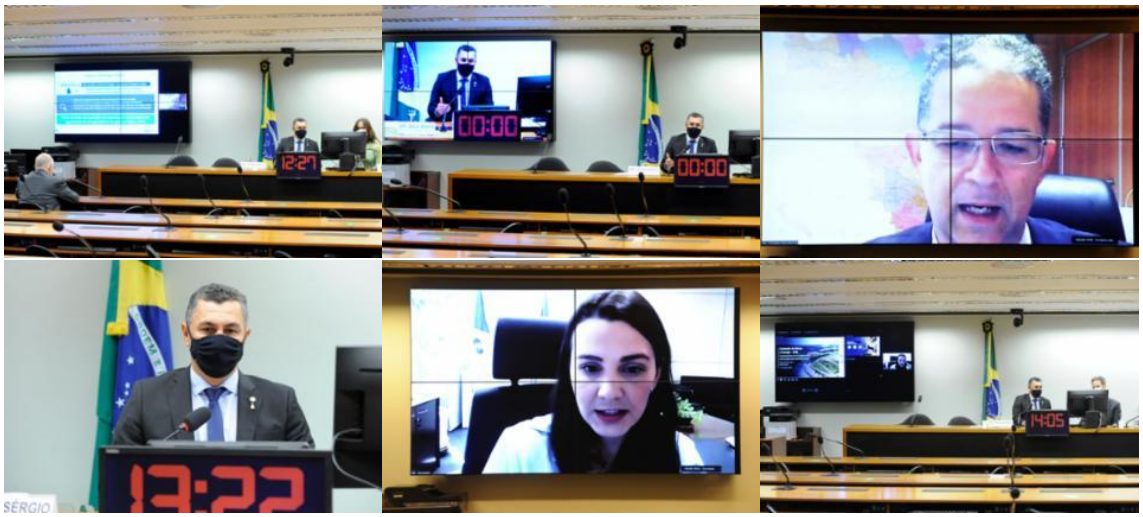
Edição – Roberto Seabra

Fonte: Agência Câmara de Notícias

AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL

EM 17/08/2021

TEMA: Acionamento de termoelétricas e autorização para tarifa vermelha, em atendimento ao Requerimento nº 46/2021, de autoria do Deputado Jesus Sérgio.



Fotos: Gustavo Sales/Câmara dos Deputados

CONVIDADOS:

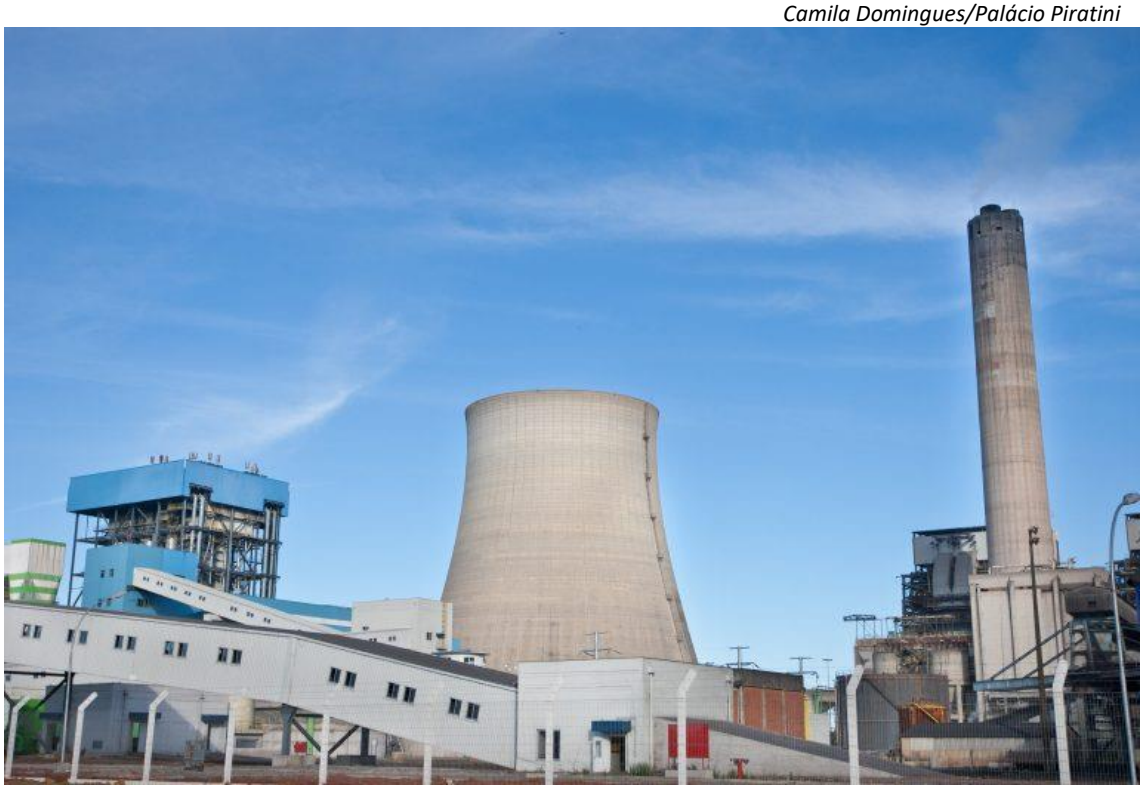
1) Christiano Vieira da Silva, Secretário de Energia do Ministério de Minas e Energia,

2) Elisa Bastos, Diretora da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Comissão debate acionamento das termelétricas durante a pandemia

Deputado diz que bandeira vermelha aumenta o custo da indústria e a conta será paga pelo consumidor final no supermercado

Camila Domingues/Palácio Piratini



Usina Termelétrica Presidente Médici, em Candiota (RS)

A Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados realizou audiência pública nesta terça-feira (17) para discutir a necessidade de acionamento das termelétricas e a autorização para a tarifa vermelha neste momento em que a produção industrial e de serviços ainda é baixa e em que há perda de renda familiar por conta da pandemia de Covid-19.

Assista no YouTube.

"A notícia de maior preocupação das famílias brasileiras em relação à energia elétrica neste ano veio no início de maio", diz o deputado Jesus Sérgio (PDT-AC), que solicitou o debate, ao lembrar que a escassez de chuvas nas principais regiões do País deixou os níveis dos reservatórios abaixo do esperado para o período e afetou a produção de energia pelas hidrelétricas. Por causa disso, o governo anunciou o acionamento da produção de energia pelas termelétricas, que tem custo de produção maior.

"As notícias de acionamento da bandeira tarifária vermelha preocupa as famílias brasileiras em meio ao pior momento da crise econômica, com desemprego e perda de renda familiar, em grande parte causada pela pandemia", aponta o deputado.

Sistema de bandeiras

O sistema de bandeiras tarifárias foi criado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e funciona como uma sinalização para que o consumidor conheça, mês a mês, as condições e os custos de geração no País.

Quando a produção nas usinas hidrelétricas (energia mais barata) está favorável, aciona-se a bandeira verde, que não tem acréscimos na tarifa. Em condições ruins, podem ser acionadas as bandeiras:

- amarela, com acréscimo de R$ 1,34 por 100 kWh;

- vermelha patamar 1, com mais R$ 4,16 por 100 kWh; e

- vermelha patamar 2, com aumento de R$ 6,24 a cada 100 kWh.

"Seja a bandeira que for, ninguém tenha dúvida que o peso recairá sobre as famílias, diretamente na tarifa de energia e indiretamente em todas as mercadorias, produtos e serviços pagos pelos consumidores em todo o País", alerta Sérgio. "A bandeira vermelha aumenta o custo da indústria e a conta será paga pelo consumidor final no supermercado ou outro setor."

Foram convidados para discutir o assunto com os parlamentares o secretário de Energia do Ministério de Minas e Energia, Christiano Vieira da Silva; e a diretora da Aneel, Elisa Bastos.

A audiência está marcada para as 9h30, no plenário 14.

Da Redação - MB

Fonte: Agência Câmara de Notícias

AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL

EM 24/08/2021

TEMA: O processo de legalização da mineração na Região de Tapajós, PA, em atendimento ao Requerimento nº 64/2021, de autoria do Deputado Joaquim Passarinho.

Fotos: Arquivo da Comissão

CONVIDADOS

1) Ministério de Minas e Energia - MME;
- Frederico Bedran, Diretor de Geologia e Produção Mineral do Ministério de Minas e Energia

2) Agência Nacional de Mineração - ANM;
- Ronaldo Jorge da Silva Lima, Diretor;
- Guilherme Santana Lopes Gomes, Diretor

3) Advocacia-Geral da União - AGU;
- Mauricyo José Andrade Correia, Procurador-chefe da Procuradoria Federal junto à ANM;

4) Instituto Chico Mendes de Conservação da

Biodiversidade - ICMBIO;

5) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos
Naturais Renováveis - IBAMA;
- Heliton Fernandes do Carmo, Coordenador de Licenciamento Ambiental de Mineração e Pesquisa Sísmica Terrestre (COMIP)/IBAMA

6) Representante do Municipio de Novo Progresso/PA;
- Prefeito Gelson Luiz Dill;

7) Representante do Municipio de Itaituba/PA;
- Vereador Wescley Silva Aguiar;

8) Representante do Municipio de Jacareacanga/PA.
- Everton Sales da Silva

9) Associação Nacional do Ouro - ANORO
- Dirceu Santos Frederico Sobrinho, Presidente

Debatedores pedem esforço governamental para regularizar áreas de garimpo no País

Deputado e garimpeiros defendem ações que viabilizem a atividade sem ultrapassar limites legais

Representantes de garimpeiros, do governo federal, políticos locais e deputados federais concordaram nesta terça-feira (24) com a ideia de destravar procedimentos para permitir a regularização de áreas de garimpo no País. Segundo eles, o objetivo é viabilizar a lavra garimpeira sem avançar sobre os limites legais que, atualmente, proíbem a extração mineral em terras indígenas e em áreas de proteção integral, como parques e reservas nacionais. A atividade de garimpo é permitida no Brasil pela Lei 7.805/89.

O assunto foi discutido em audiência pública da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados.

Gustavo Sales/Câmara dos Deputados

Joaquim Passarinho criticou ações de fiscalização que destroem maquinário dos garimpeiros

"Quando você dificulta a legalização, induz quem está na ponta a fazer o procedimento de forma ilegal", disse o deputado Joaquim Passarinho (PSD-PA), que sugeriu o debate sobre o funcionamento dos garimpos no estado do Pará, especificamente na região do Tapajós, abrangendo as cidades de Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão.

“Quando [a atividade] está dentro da legalidade, você tem licença ambiental a ser cumprida, tem fiscalização e o principal: CNPJ e CPF de quem está fazendo”, acrescentou Passarinho.

Ao lamentar a ausência de representantes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o deputado criticou as ações de fiscalização que acabam por destruir o maquinário utilizado pelos garimpeiros. “Se estão fazendo as coisas na legalidade, não há por que se omitirem. Se o ministério [do Meio Ambiente] trabalha para não vir, eu vou pedir a convocação do ministro”, sinalizou.

Desde 2008, um decreto que regulamenta a Lei de Crimes Ambientais autoriza o Ibama a destruir o maquinário apreendido em áreas onde há garimpo ilegal quando não é possível retirá-lo do local.

Vereador do município de Itaituba, onde se concentra o maior número de pedidos de regularização de garimpos, Wescley Aguiar afirmou que não adianta o Ibama continuar incendiando máquinas, porque os garimpeiros continuarão lá. "O garimpo legalizado é o caminho para resolver o problema da nossa região. Quanto mais ilegal, mais poluidora será a atividade”, apontou.

Prefeito de Novo Progresso, outra cidade do Tapajós, Gelson Dill informou que o município vem sendo bastante impactado pelas ações de fiscalização. “Os garimpeiros estão sempre em busca da legalização, mas a dificuldade é muito grande.”

Unidades de conservação

Entre os problemas apontados por ele está a criação, em 2006, de sete unidades de conservação ambiental, como o Parque Nacional do Jamanxim, parcialmente em conflito com a área da reserva Garimpeira do Tapajós, criada em 1983. “Hoje essas unidades de conservação inviabilizam a legalização de garimpos dentro da reserva garimpeira”, declarou o prefeito de Novo Progresso.

Dill pediu celeridade da Advocacia-Geral da União (AGU) na revisão do parecer 21 de 2014, que proíbe a legalização de garimpos dentro de unidades de conservação, incluindo as de uso sustentável, como florestas nacionais (Flonas) e reservas extrativistas.

Procurador-chefe da AGU junto à Agência Nacional de Mineração (ANM), Mauricyo Correia se comprometeu a levar o tema para debate na agência, mas ressaltou que o Congresso pode alterar a legislação que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) para permitir garimpos dentro de unidades de uso sustentável.

Termo de ajustamento de conduta

Presidente da Associação Nacional do Ouro, Dirceu Frederico Sobrinho sugeriu na reunião um esforço conjunto entre governo e entidades para que os garimpeiros não continuem sendo punidos enquanto aguardam, por anos, o processo de regularização. “Precisamos de um termo de ajustamento de conduta para que o garimpeiro não tema mais ser punido”.

Recém-nomeado direito na Agência Nacional de Mineração (ANM), Ronaldo Lima informou que, somente na região do Tapajós, há cerca de 14 mil processos aguardando a análise da ANM, 12 mil deles da cidade de Itaituba. Os processos envolvendo a Permissão para Lavra Garimpeira, os chamados PLGs, são 10.584. “Temos 968 PLGs ativos atualmente. Isso é muito pouco.”

Ele considera que é preciso criar um ambiente diferenciado para a pequena mineração no País. “O processo para regulamentar os garimpos não pode ser tão permissivo nem também burocrático demais”, argumentou.

Segundo Lima, a ANM trabalha agora na retomada do processo de regularização de áreas no Tapajós em cooperação com o Ministério de Minas e Energia, a Secretaria de Meio Ambiente e com estados e municípios.

Critérios

Diretor de Geologia e Produção Mineral do Ministério de Minas e Energia, Frederico Bedran destacou que o processo de outorga para PLGs já está bastante simplificado, exigindo licença ambiental e um plano de lavra simples. Ele avalia, no entanto, que o desafio é analisar a atividade não apenas sob o aspecto da mineração, porém considerar junto questões sociais e ambientais.

“Estamos olhando para uma região com grande potencial geológico e grande quantidade de áreas protegidas. Compatibilizar esses interesses, considerando ainda a falta de assessoria técnica para o pequeno minerador, não é fácil”, admitiu.

Bredan concluiu dizendo que o Ministério de Minas e Energia atua para fortalecer a ANM, inclusive por meio de uma comissão interministerial criada para analisar todos os aspectos que envolvem o garimpo, incluindo saúde, meio ambiente e o controle e a certificação do minério extraído.

Reportagem – Murilo Souza

Edição – Marcelo Oliveira

Fonte: Agência Câmara de Notícias

AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL

EM 21/09/2021

TEMA: Debater os efeitos da Medida Provisória nº 1.063, de 2021, em atendimento ao Requerimento nº 77/2021, de autoria do Deputado Elias Vaz.

Fotos: Gustavo Sales/Câmara dos Deputados

CONVIDADOS:

1) Sra. Marisa Maia de Barros, Diretora do Departamento de Combustíveis Derivados de Petróleo do Ministério de Minas e Energia - MME;
2) Sr. Bruno Conde Casell, Superintendente de Defesa da Concorrência - SDC da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP;
3) Sr. Cezar Caram Issa, Superintendente de Distribuição e Logística - SDL da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP;
4) Sr. Thiers de Cruz e Alves, Assessor Técnico de Distribuição e Logística da Superintendência de Distribuição e Logística - SDL da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP;

5) Sr. Rodrigo Zingales, Diretor da Associação Brasileira de Revendedores Independentes e Livres – ABRILIVRE;
6) Sr. Paulo Miranda Soares, Presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes - FECOMBUSTÍVEIS
7) Sra. Valéria Lima, Diretora Executiva de Downstream do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás- IBP;
8) Dr. Bruno Miragem;
9) Sr. Guilherme Theophilo, CEO do Instituto de Combustível Legal - ICL;
10) Sr. Abel Leitão, Vice-Presidente Executivo da Federação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Gás Natural e Biocomustíveis - BRASILCOM;
11) Sr. Thiago Falda, Presidente Executivo da Associação Brasileira da Bioinovação – ABBI.

Parlamentares defendem venda direta de etanol aos postos de combustíveis

Mudança está contida em medida provisória editada pelo governo em agosto

Em audiência pública da Comissão de Minas e Energia, realizada nesta terça-feira (21), deputados defenderam a aprovação da Medida Provisória 1063/21, que autoriza produtores e importadores de etanol a venderem o combustível diretamente para os postos, sem passar pelas distribuidoras, como era anteriormente.

Editada em agosto, a medida provisória também permite que os postos "bandeirados" (ligados a uma distribuidora) possam vender produtos de outros fornecedores, desde que devidamente informado ao consumidor.

Gustavo Sales/Câmara dos Deputados

Elias Vaz: modelo atual de venda de etanol aos postos favorece monopólio

O debate foi realizado com representantes do setor de combustíveis a pedido do deputado Elias Vaz (PSB-GO). O deputado criticou o fato, trazido por um dos debatedores, de que as distribuidoras vendem mais caro à sua rede do que aos postos "bandeira branca", que não são filiados a uma marca específica.

Para ele, isso evidencia um monopólio que deve ser quebrado. "Eu não consigo compreender um negócio desse. É uma fidelidade maluca essa", afirmou Vaz. O deputado Altineu Côrtes (PL-RJ) fez crítica semelhante às distribuidoras. "Os postos que deveriam vender mais barato são os bandeirados, pelo volume que essas empresas movimentam", disse.

Já o deputado Domingos Sávio (PSDB-MG) rebateu a afirmação de alguns debatedores de que a MP pode estimular um mercado clandestino, que substituiria as distribuidoras. "Quem fiscaliza a qualidade dos combustíveis não é a bandeira, que está no posto – são os órgãos de controle, é a ANP", disse.

Entre os parlamentares que participaram da audiência, a principal crítica à medida provisória foi feita pelo deputado Carlos Zarattini (PT-SP). Para ele, o fim da exclusividade das distribuidoras é prejudicial aos consumidores. "Ele não vai saber mais o que está comprando. É uma política contra o consumidor", disse.

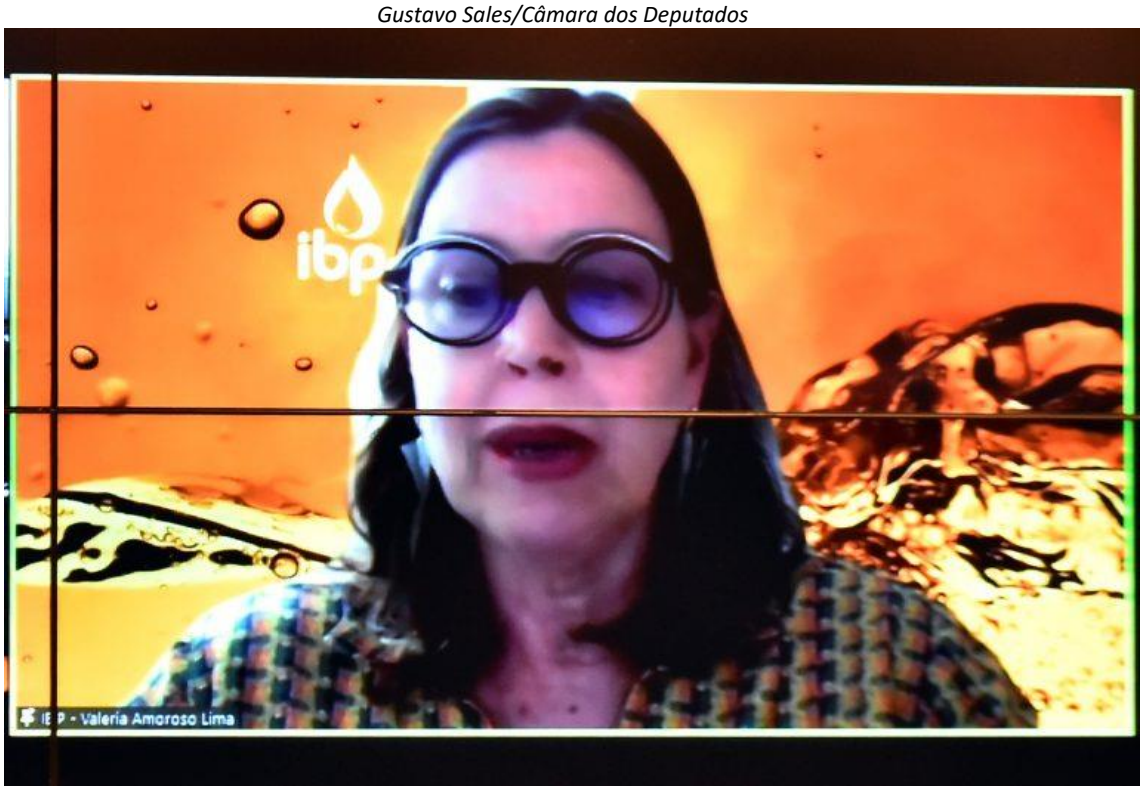
Zarattini afirmou também que o valor dos combustíveis só vai cair se a Petrobras mudar a sua política de preços. O deputado Danilo Forte (PSDB-CE) manifestou preocupação com o efeito da MP sobre a qualidade do combustível vendido no País e defendeu mais debate sobre o assunto.

Redução

Entre os convidados ao debate, também não houve consenso. Para o diretor executivo da Associação Brasileira de Revendedores de Combustíveis Independentes e Livres (Abrilivre), Rodrigo Zingales, a medida provisória vai contribuir para a redução do preço dos combustíveis no Brasil.

"Com maior liberdade e competitividade, o preço de compra e venda tenderá a baixar", disse. Zingales afirmou ainda que as três grandes distribuidoras – Vibra (novo nome da BR Distribuidora), Ipiranga e Shell – não aprovam as mudanças, pois seu poder de impor preço será limitado.

Gustavo Sales/Câmara dos Deputados



Valéria Lima diz que as novas regras desorganizam o mercado de combustíveis

A diretora executiva do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), Valéria Lima, pensa diferente. Para ela, as novas regras desorganizam o mercado de combustíveis e terão impacto restrito aos postos próximos aos locais de produção de etanol, como regiões de São Paulo e Minas Gerais. "A grande maioria dos postos estão espalhados por todo o resto do País e vão continuar recebendo o produto através das distribuidoras", disse.

O vice-presidente da Federação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Gás Natural e Bicombustíveis (Brasilcom), Abel Leitão, também falou em "efeito localizado" das medidas.

A MP 1063/21 recebeu 73 emendas e aguarda análise da Câmara dos Deputados e do Senado.

Reportagem – Janary Júnior

Edição – Ana Chalub

Fonte: Agência Câmara de Notícias

AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL

EM 28/09/2021

TEMA: Projeto de Lei n° 414/2021, em atendimento ao Requerimento nº 71/2021, de autoria do Deputado Paulo Ganime.

Fotos: Najara Araujo/Câmara dos Deputados

CONVIDADOS:

1) Agnes Maria Aragão da Costa, Chefe da Assessoria Especial em Assuntos Regulatórios do Ministério de Minas e Enegia - MME;
2) Júlio César Rezende Ferraz, Superintendente de Regulação Econômica e Estudos do Mercado da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;
3) Thiago Barral, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética - EPE;
4) Paulo Pedrosa, Presidente da Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres - ABRACE;
5) Reginaldo Medeiros, Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia - ABRACEEL;

6) Marcos Madureira, Presidente da Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia - ABRADEE;
7) Clauber Leite, Coordenador do Programa de Energia e Sustentabilidade do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC;
8) Clarice Ferraz, Coletivo Nacional dos Eletricitários - CNE;
9) Paulo Arbex, Presidente da Diretoria Executiva da Associação Brasileira das Pequenas Centrais Hidrelétricas e Microgeração Hídrica - ABRAPCH;
10) Ricardo Pigatto, Presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa - ABRAGEL;
11) Ricardo Perego Costa, Representante do Instituto Nacional de Energia Limpa - INEL;
12) Sandro Yamamoto, Diretor Técnico da Associação Brasileira de Energia Eólica - ABEEÓLICA;
13) Rodrigo Sauaia, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica - ABSOLAR;
14) Mario Miranda, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica - ABRATE;
15) Guilherme Velho, Fórum das Associações do Setor Elétrico - FASE;
16) Alessandro Gardemann, Presidente da Associação Brasileira da Biogás - Abiogás;
17) Newton Duarte, Presidente da Associação da Indústria de Cogeração de Energia - COGEN;
18) Bernardo Bezerra, Diretor de Regulatório da Omega Energia.

Representantes do setor elétrico divergem sobre novo marco legal do setor

Enquanto grandes consumidores defendem mercado livre, especialistas pedem cautela na mudança das regras

Najara Araujo/Câmara dos Deputados

Paulo Pedrosa: "É o caminho para a modernização"

Representantes do setor elétrico discutiram nesta terça-feira (28), na Comissão de Minas e Energia, projeto que altera o modelo regulatório e comercial do setor elétrico com vistas à expansão do mercado livre (PL 414/21). O debate foi marcado por divergências em relação ao texto e à urgência de aprovação.

O projeto é originário do Senado, onde foi aprovado no ano passado. Entre outros pontos, o texto prevê que todos os consumidores de eletricidade, independentemente da carga ou da tensão utilizada, possam escolher livremente de quem comprar a energia. Hoje isso é restrito aos grandes consumidores, como indústrias e shopping centers. A medida, garantem seus defensores, amplia a concorrência no setor e contribui para a redução da conta de luz.

Essa é a opinião do presidente-executivo da Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), Paulo Pedrosa. "É o caminho para a modernização. Ele resulta de uma grande convergência do mercado, avança para corrigir o preço da energia e reorganizar o setor", afirmou.

O presidente executivo da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), Reginaldo Medeiros, defendeu a urgente aprovação do texto. Segundo ele, o

modelo comercial do setor elétrico faliu. “É um modelo indutor de ineficiências. Cada ator defende seus interesses”, disse.

Para Medeiros, se as regras do PL 414 já estivessem em vigor, o País estaria enfrentando em melhores condições a crise energética atual, pois o balanceamento entre a oferta e a demanda equilibraria as necessidades do setor.

Najara Araujo/Câmara dos Deputados

Ricardo Costa: "Novo modelo traz um custo adicional, que é o intermediário"

Aprimoramento

Em outro polo, os representantes dos segmentos de fontes renováveis pediram mais tempo para o debate e ajustes na proposta. Ricardo Costa, representante do Instituto Nacional de Energia Limpa e Sustentável (Inel), disse que não há urgência na aprovação do texto e sugeriu o aprimoramento de diversos pontos, como a transição entre o modelo atual e o de livre escolha do fornecedor de energia.

Ele rebateu ainda a afirmação de que o novo modelo estimula a redução tarifária. “Ao contrário, traz um custo adicional, que é o intermediário, que hoje não existe na operação”, disse Costa, referindo-se ao agente varejista, que fará a intermediação entre o consumidor e o gerador, devendo ser remunerado por esse serviço.

O diretor executivo da associação das PCHs, as pequenas centrais hidrelétricas (Abrapch), Paulo Arbex, fez crítica semelhante. “O que reduz tarifa é matriz eficiente, rede eficiente e desintermediação na comercialização”, afirmou. Arbex disse ainda que o PL 1917/15, que trata do mesmo tema e está sendo debatido em uma comissão especial da Câmara, é mais avançado do que o projeto do Senado.

O PL 1917/15 também foi lembrado pelo presidente executivo da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), Rodrigo Sauaia. Ele propôs uma "harmonização" entre os dois projetos.

Najara Araujo/Câmara dos Deputados

Paulo Ganime: "É incontornável avançarmos para um mercado mais livre e competitivo"

Debate maduro

A audiência pública foi proposta pelo deputado Paulo Ganime (Novo-RJ). Ele reconheceu que a proposta do Senado deve ser alterada, até para incorporar as mudanças recentes na legislação, como a Lei 14.120/21, mas rebateu a afirmação de que o assunto não é urgente e precisa de mais discussão.

Ganime lembrou que o projeto deu entrada no Senado em 2016. "Não é um tema novo. Eu acho que é incontornável avançarmos para um mercado mais livre e competitivo. A grande questão são os termos dessa evolução", disse. Ele também defendeu uma "maior coordenação" entre os PLs 1917/15 e 414/21.

O deputado Lafayette de Andrada (Republicanos-MG) pensa diferente. Para ele, o momento é de cautela. "Vamos estudar esse projeto com calma, que ele é muito importante e interfere na vida de todos os brasileiros", afirmou.

Reportagem – Janary Júnior
Edição – Roberto Seabra

Fonte: Agência Câmara de Notícias

AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL

EM 05/10/2021

TEMA: MPs 1.063/21 e 1.069/21, em atendimento ao Requerimento nº 106/2021, de autoria do Dep. Danilo Forte.

Fotos: Gustavo Sales/Câmara dos Deputados

CONVIDADOS:

1) Sr. Sandro Paes Barreto, Gerente Geral de Comercialização no Mercado Interno - Marketing da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS;
2) Sr. Guilherme Theófilo, CEO do Instituto Combustível Legal - ICL;
3) Sr. Manuel Novais Neto, Representante do Sindipostos Ceará;
4) Sr. Daniel Araújo Carneiro;
5) Sr. Mozart Rodrigues, Gerente Jurídico e Tributário da Diretoria Executiva de Downstream do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás - IBP.

Redução de preço de combustíveis esbarra em complexidade tributária, dizem especialistas

Deputados e especialistas analisaram duas medidas provisórias que modificam as regras de comercialização de combustíveis

A alta carga tributária sobre os combustíveis e a complexidade da cobrança de impostos nesse setor foram apontadas como alguns dos entraves para a diminuição dos preços para o consumidor final. Em audiência pública da Comissão de Minas e Energia da Câmara nesta terça-feira (5), especialistas também lembraram as dificuldades de fiscalização para evitar problemas na qualidade dos produtos e a sonegação fiscal.

Deputados e especialistas analisaram duas medidas provisórias que modificam as regras de comercialização de combustíveis. Uma delas (MP 1063/21) permite, por exemplo, que os produtores vendam o etanol diretamente aos postos, alterando também a incidência de impostos federais como PIS e Cofins. A outra (MP 1069/21) prevê que essas mudanças possam ser feitas por decreto, antes que a Agência Nacional de Petróleo (ANP) regulamente o tema.

Para o deputado Danilo Forte (PSDB-CE), que pediu a realização da audiência, a questão principal é a diminuição dos preços ao consumidor. Segundo ele, a gasolina acumula, de janeiro a agosto deste ano, aumento de 31% (31,09%) e o diesel, 28% (28,02%).

O parlamentar acrescenta que os preços de combustíveis e da energia elétrica impactam diretamente na inflação, um temor da população diante das dificuldades econômicas em consequência da pandemia do coronavírus.

“Nós temos estados no Brasil que os tributos somados na conta dos combustíveis chegam a quase 46%, ou seja, quase metade da conta são impostos federais e estaduais e que a população brasileira não tem condições de arcar com tamanha despesa. Há aí uma usura, porque há uma facilidade de se cobrar os tributos nos combustíveis e na energia e há, por outro lado, um acomodamento da sociedade brasileira com relação a isso”, observou o deputado.

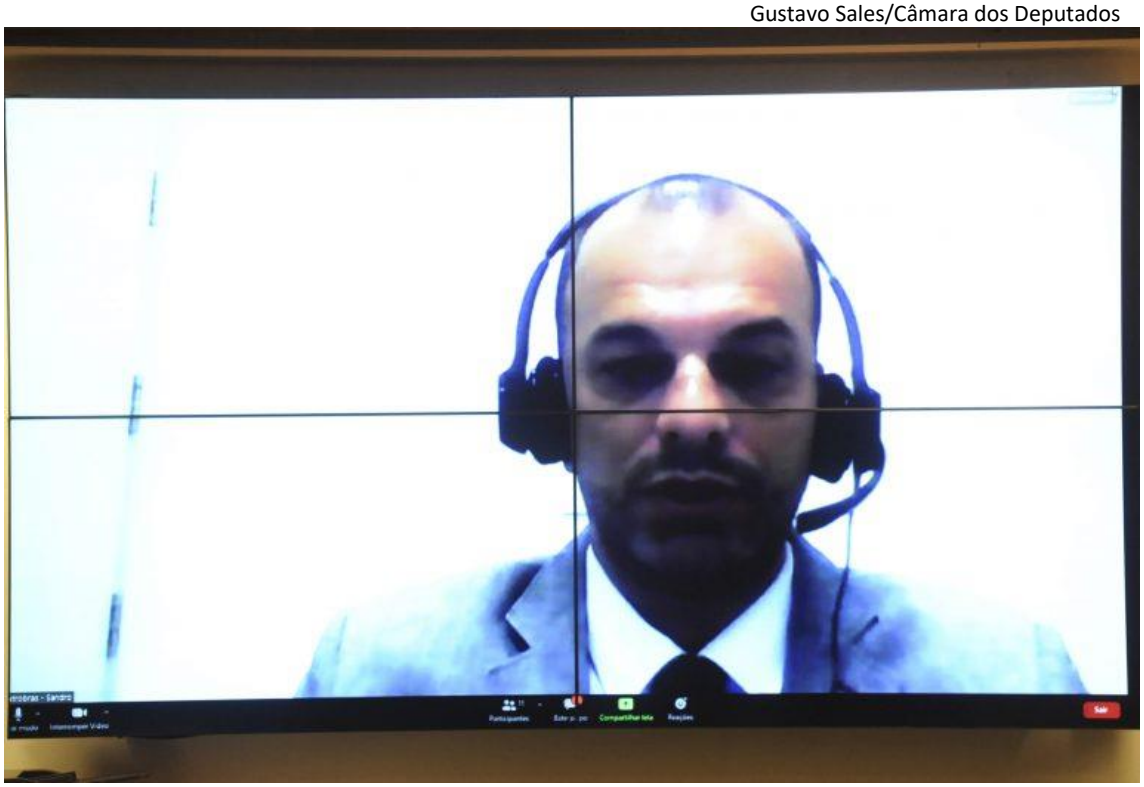
Imposto estadual

Os debatedores também enfatizaram o peso do ICMS sobre os combustíveis e a diferença de normas na incidência do imposto em cada estado. Sandro Paes Barreto, da Petrobras, disse que o imposto estadual corresponde a 47% do que a empresa paga em tributos. A estimativa, para este ano, é recolher R$ 168 bilhões.

Ele reafirmou que a estatal de petróleo é responsável por R$ 2 de cada R$ 6 do preço da gasolina. Informou também que a política de preços da Petrobras é balizada pela Lei do Petróleo, pela Lei das Estatais e pelo Estatuto Social da empresa, procurando um equilíbrio entre o interesse público e o interesse dos demais acionistas.

“As soluções buscadas, elas têm que prever a manutenção dessa condição de mercado para que o país possa continuar evoluindo, continuar crescendo. A Petrobras, nesse momento, o montante do seu lucro, ele vem ao encontro de soluções, prevendo recursos para que as ações públicas possam ser tomadas no sentido de mitigar os efeitos de um choque de combustíveis como a gente está vendo”, disse.

Gustavo Sales/Câmara dos Deputados



Sandro Paes Barreto: Petrobras é responsável por R$ 2 de cada R$ 6 do preço da gasolina

Medidas provisórias

Ao analisar as duas medidas provisórias, Guilherme Theófilo, do Instituto Combustível Legal (ICL), afirmou que a expectativa de aumento de concorrência e redução de preços com a venda direta aos postos esbarra em alguns problemas.

“A realidade que nós estamos vendo é um descontrole fiscalizatório. As questões tributárias precisam ser endereçadas previamente, uma isonomia tributária, e proteger o consumidor – isso é o mais importante – quanto à garantia de procedência e qualidade", disse. Além disso, segundo Theófilo, é preciso avaliar "o aumento dos custos operacionais, a logística de pequena escala, o investimento em áreas comerciais e possíveis impactos ambientais pelo descontrole".

Representando o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), Mozart Rodrigues sugeriu a cobrança dos impostos em uma só etapa da comercialização porque, do contrário, segundo ele, será difícil reduzir a evasão fiscal.

“Quando a usina for vender o etanol hidratado direto para o posto, essa usina vai recolher os R$ 0,24 da incidência do PIS-Cofins. Quando essa usina for vender o etanol hidratado para o distribuidor, ela só recolheria os R$ 0,13 e quando o distribuidor for vender para o posto, ele vai recolher os R$ 0,11, completando com isso a incidência total do PIS-Cofins na cadeia, que é de R$ 0,24”, explicou.

De acordo com Daniel Carneiro, especialista em tributos do setor energético que participou da audiência pública, a legislação é complexa, confusa e de difícil interpretação, porque mais de 6,4 milhões de normas sobre impostos foram feitas desde a Constituição de 1988. Ele defendeu uma simplificação tributária e a revisão da diferença de cobrança de ICMS sobre os combustíveis pelos estados.

Reportagem – Cláudio Ferreira

Edição – Roberto Seabra

Fonte: Agência Câmara de Notícias

AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL

EM 24/11/2021

TEMA: Material radioativo e riscos de contaminação - INB, Caldas-MG, em atendimento ao Requerimento n. 92/2021, de autoria do Dep. Padre João.

Fotos: Billy Boss/Câmara dos Deputados

CONVIDADOS:

1) João Viçozo da Silva Junior - Gerente de Descomissionamento de Caldas - Indústrias Nucleares do Brasil (INB);
2) Ricardo Fraga Gutterres, Diretor de Radioproteção e Segurança Nuclear da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN);
3) Ailton Goulart, Prefeito do Município de Caldas/MG;
4) Daniel Tygel, Representante da ONG Aliança em Prol da APA da Pedra Branca e Vereador de Caldas/MG;
5) Célio Bermann, Representante da Articulação Antinuclear Brasileira (AAB);
6) Ângela Maria Martins Marques dos Santos, Conselheira do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo (GD6);
7) Fernanda Giannasi, Fundadora da Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (ABREA).

Debatedores questionam transferência de material radioativo de São Paulo para Minas Gerais

Foram apontados os riscos de contaminação envolvidos na transferência de rejeitos nucleares

A Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados realizou audiência pública nesta quarta-feira (24) para debater os riscos de contaminação envolvidos na transferência de rejeitos nucleares.

A discussão foi centrada na proposta de transporte de mais mil toneladas de rejeitos radioativos oriundos da unidade das Indústrias Nucleares do Brasil (INB) do bairro de Interlagos, em São Paulo, para a unidade de Caldas, no sul de Minas Gerais.

Da Redação – RL

Fonte: Agência Câmara de Notícias

AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL

EM 1/12/2021

TEMA: Construção de hidrelétricas na Região Norte do país, em atendimento ao Requerimento nº 66/2021, de autoria do Dep. Edio Lopes.

Fotos: Billy Boss/Câmara dos Deputados

CONVIDADOS:

1) Paulo Cesar Magalhães Domingues, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia - MME;
2) Régis Fontana Pinto, Coordenador-Geral de Licenciamento Ambiental de empreendimentos fluviais e pontuais terrestres do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;
3) Renato Marques, Superintendente Adjunto de Concessões e Autorizações de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;
4) Elisangela Medeiros de Almeida, Superintendente da Diretoria de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais (DEA) da Empresa de Pesquisa Energética - EPE;

5) Flávio Antônio Neiva, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica - ABRAGE; e
6) Coletivo Nacional dos Eletricitários - CNE.

Comissão debate o potencial de novas hidrelétricas na Região Norte

Marcos Sá/Presidência da República

Usina de Belo Monte, localizada no Pará

A Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados realizou audiência pública nesta quarta-feira (1°) para debater a construção de hidrelétricas na Região Norte do País. A audiência será realizada no plenário 14, às 10 horas.

O deputado Edio Lopes (PL-RR), que pediu o debate, lembra que, a partir da década de 1990, ocorreu no Brasil uma mudança de foco dos grandes empreendimentos hidroelétricos. Segundo ele, o governo voltou sua atenção para os empreendimentos de menor porte, como as pequenas centrais hidrelétricas (PCH), e para as termelétricas.

"O incentivo às PCH é acertado. Entretanto, dado o reduzido porte dessas operações, tais empreendimentos são incapazes de atender a todo o crescimento da demanda energética nacional. Nesse ponto, causa-nos estranheza a opção por suprir essa lacuna com termelétricas, em detrimento de outras hidrelétricas de maior porte", disse o deputado.

Potencial nacional

Edio Lopes disse que o Sistema de Informações do Potencial Hidrelétrico Brasileiro (SIPOT), desenvolvido pela Eletrobrás, mostra que, da totalidade do potencial hidráulico brasileiro, estimado em 246 GW, 98,5 GW estão concentrados na Região Norte, o que equivale a 40% do potencial nacional, mas que apenas um terço desse potencial é aproveitado nos dias de hoje.

"A título de ilustração, em 2016, o Ibama oficializou o arquivamento da licença ambiental da Usina Hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, uma das maiores previstas para a região norte, com capacidade de 6,1 GW", observou o deputado.

Debatedores

Confirmaram presença no debate:

- o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Paulo Cesar Magalhães Domingues;

- o coordenador-geral de Licenciamento Ambiental de empreendimentos fluviais e pontuais terrestres do Ibama, Régis Fontana Pinto;

- o superintendente adjunto de Concessões e Autorizações de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Renato Marques;

- a superintendente da Diretoria de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais (DEA), da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Elisangela Medeiros de Almeida;

- o presidente da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage), Flávio Antônio Neiva; e

- representante do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE).

Da Redação – RS

Fonte: Agência Câmara de Notícias

AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL

EM 8/12/2021

TEMA: Agenda de combustível do setor aéreo, em atendimento ao Requerimento nº 122/2021, de autoria do Deputado Édio Lopes.

Fotos: Billy Boss/Câmara dos Deputados

CONVIDADOS:

1) Pietro Mendes, Diretor do Departamento de Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia;
2) Ronei Saggioro Glanzmann, Secretário Nacional de Aviação Civil do Ministério de Infraestrutura;
3) Symone Christine de Santana Araujo, Diretora da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);
4) Marcela Braga Anselmi, Chefe da Assessoria Internacional e de Meio Ambiente da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC);
5) Sandro Paes Barreto, Gerente Geral de Comercialização no Mercado Interno - Marketing, da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras;
6) Eduardo Sanovicz, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (ABEAR);

7) Marcelo Pedroso, Diretor de Relações Externas - Brasil, da Associação Internacional de Transportes Aéreos (IATA); e
8) Rodrigo Freire, Gerente de Engenharia de Operações, Controle e Combustíveis da Azul Linhas Aéreas Brasileiras.

Setor aéreo aponta soluções para combustíveis mais baratos e menos poluentes

Assunto foi debatido em audiência pública nesta quarta-feira

Descarbonização e redução de preço estão entre as prioridades da agenda legislativa ligada aos combustíveis de aviação, segundo representantes das empresas aéreas, do governo e das agências reguladoras que participaram de audiência na Comissão de Minas e Energia da Câmara nesta quarta-feira (8). De janeiro a outubro, o querosene de aviação, mais conhecido como QAV, registrou alta acumulada de 71,1%, bem superior aos 44,8% da gasolina e aos 57,1% do diesel, no mesmo período. Os combustíveis têm impacto de 30% a 40% nos custos gerais do setor, segundo o presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), Eduardo Sanovicz.

"O Brasil tem um dos combustíveis mais caros do planeta, com impacto direto nos custos da aviação e, obviamente, nos custos e nos preços que chegam ao consumidor. Eles têm subido em disparada ao longo deste ano, até aqui".

Billy Boss/Câmara dos Deputados

Sanovicz: empresas pedem aos deputados revisão do PIS/Cofins que incide sobre o setor

Segundo Sanovicz, o preço do QAV pago pelas empresas incorpora os custos da Petrobras (74%), das distribuidoras (5%), de importação (4%) e do aeroporto (1%), além de 13% de ICMS e 3% de PIS/Cofins. Aos deputados, as empresas aéreas pedem a revisão do PIS/Cofins que incide sobre o setor. Elas também têm negociado a redução do ICMS por

meio do aumento da oferta de voos nacionais e internacionais nos estados, como já ocorreu em São Paulo, Ceará e Pernambuco.

Depois de quedas bruscas nas decolagens provocadas pela pandemia de Covid-19, o setor vem assistindo à retomada do crescimento desde maio deste ano e prevê chegar a 85% da malha doméstica neste fim de ano. Porém, um dos entraves é o fato de 50% dos custos estarem atrelados ao dólar.

O gerente-geral de comercialização da Petrobras, Sandro Barreto, explicou que, desde 2001, os preços de querosene de aviação são definidos por fórmulas negociadas com as distribuidoras e com ajustes mensais. No entanto, Barreto ressaltou o impacto das variações cambiais e das flutuações globais no preço das matérias-primas.

"O preço (do combustível) não é definido por um país e, muito menos, por uma empresa. O preço é definido por esse balanço de oferta e demanda mundial. Se temos algum desequilíbrio em determinado país, os fluxos internacionais compensam esse desequilíbrio de oferta, fazendo com que o preço suba ou desça", explicou.

Emissão de CO2

Outro desafio é implementar a descarbonização do setor aéreo, que hoje é responsável por 2% a 3% das emissões globais de CO2. Além da estratégia de investir no mercado de crédito de carbono e em novas tecnologias operacionais, a Associação Internacional de Transportes Aéreos (Iata) decidiu apostar nos chamados "combustíveis sustentáveis", mais conhecidos como SAF, na siga em inglês. Hoje, eles correspondem a apenas 1% do total de combustível de aviação e custam quase o triplo dos combustíveis fósseis. A meta é chegar à emissão zero de CO2 em 2050 (redução de 1.8 gigatons de CO2).

O secretário nacional de Aviação Civil do Ministério de Infraestrutura, Ronei Glanzmann, explicou que essas orientações também regem o Programa Combustível do Futuro, conhecido como ProBio QAV e fundamentado em recente resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

"Como o combustível (SAF) não existe para produção em escala hoje, nos preocupa a relação de oferta e demanda desse combustível, que pode fazer com que os preços sejam muito altos e impraticáveis para o setor. Então, é muito importante que a lei preveja mecanismos que empoderem o CNPE e as agências reguladoras (ANP e Anac) para neutralizar esses problemas", disse.

Governo e empresas aéreas destacaram que parte do ProBio QAV está contemplada no projeto de lei (PL 1873/21) que cria o Programa Nacional de Combustíveis Avançados, com incentivos aos chamados "diesel verde" e "bioquerosene".

Em relação a essa proposta, o Ministério de Minas e Energia recomendou a permissão para a adição de diferentes teores de SAF a fim de facilitar a logística de abastecimento em todo o País. Também houve alerta para que o texto preserve a sustentabilidade financeira das empresas.

O presidente da Comissão de Minas e Energia, deputado Edio Lopes (PL-RR), elogiou as sugestões. "Muito tem se debatido sobre preço de gasolina, diesel e gás de cozinha.

Agora, estamos focando a questão dos preços dos combustíveis da aviação para que sirvam de balizamento para os trabalhos futuros desta comissão."

O Brasil é signatário do Corsia (*Carbon Offsetting and Reduction Scheme for International Aviation*), programa da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) para redução e compensação das emissões de CO2. A implementação do programa está a cargo da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Reportagem - José Carlos Oliveira

Edição - Ana Chalub

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Seminários

SEMINÁRIO VIRTUAL

EM 13/07/2021

TEMA: Debate sobre o Impacto Tarifário dos Subsídios do Setor Elétrico, em atendimento ao Requerimento nº 56/2021, de autoria do Deputado Edio Lopes.

Fotos: Gustavo Sales/Câmara dos Deputados

CONVIDADOS:

1) ISAAC PINTO AVERBUCH
Assessor da Secretaria de Energia Elétrica
Ministério de Minas e Energia - MME

2) ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA;
Diretor-Geral
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

3) ANDRÉ DELGADO DE SOUZA ;
Diretor da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica
Tribunal de Contas da União - TCU

4) THIAGO BARRAL
Presidente
Empresa de Pesquisa Energética - EPE

5) MUNIR SOARES
Consultor do Programa de Energia do Idec
Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC

Deputados defendem redução de subsídios na conta de luz

TCU identificou 16 tipos de subsídio inseridos na tarifa de energia, que são pagos pelos próprios consumidores

Gustavo Sales/Câmara dos Deputados

Joaquim Passarinho sugeriu que os subsídios tenham prazo de vigência

Deputados defenderam nesta terça-feira (13) a redução dos subsídios presentes nas contas de luz. Desde 2015, os consumidores (famílias e empresas) bancam todos os subsídios, que representaram média de 9,3% das contas de luz em 2020, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Os subsídios cobrem desde programas sociais, como descontos para consumidores de baixa renda (Tarifa Social de Energia Elétrica-TSEE), até incentivos para setores específicos, como de aquicultura e irrigação, micro e minigeração distribuída e fontes incentivadas de energia (como eólica e solar).

O assunto foi debatido na Comissão de Minas e Energia com representantes do setor, a partir de requerimento do presidente do colegiado, deputado Edio Lopes (PL-RR). Na avaliação de Lopes, alguns dos subsídios se justificam, como o destinado a consumidores de baixa renda, mas outros podem ser revistos.

Gustavo Sales/Câmara dos Deputados

Deputado Edio Lopes sugere a revisão dos subsídios

O deputado lembrou que o Tribunal de Contas da União (TCU) identificou 16 tipos de subsídio na conta de luz, muitos deles desconhecidos da população. "É preciso desvendarmos isso, até mesmo para verificarmos se há justiça nessa carga de subsídio", disse. Lopes defendeu ainda que parte dos subsídios, como a TSEE, seja custeada pelo governo. A medida foi corroborada pelo deputado Paulo Ganime (Novo-RJ).

O deputado Joaquim Passarinho (PSD-PA) sugeriu que os subsídios tenham prazo de vigência, para evitar que eles se perpetuem.

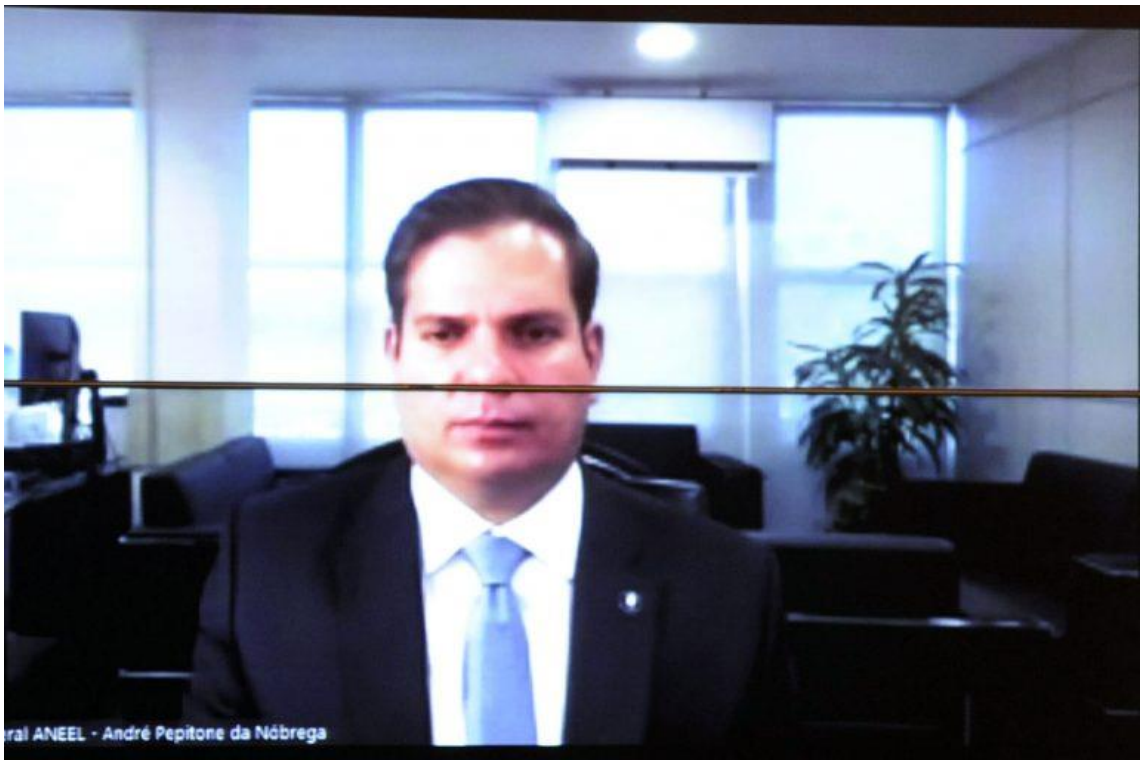
Geração distribuída

Passarinho e outros parlamentares propuseram a revisão do subsídio para a geração distribuída, modalidade na qual consumidores instalam seu próprio sistema de produção de energia, normalmente painéis solares. Pelas regras atuais, o excedente de eletricidade é injetado na rede, mas o produtor é isento da taxa de uso do sistema de distribuição, que é paga pelos demais consumidores.

O deputado Domingos Sávio (PSDB-MG), porém, pediu cautela no debate. Para ele, a geração distribuída deve continuar sendo incentivada. "Temos que separar o que é incentivo do que é subsídio. Se não tivermos cuidado, vamos prestar um desserviço ao País", disse. Leônidas Cristino (PDT-CE) também sugeriu ampliar os investimentos em energias limpas.

Em 2019, o gasto com o subsídio da geração distribuída foi de cerca de R$ 315 milhões, segundo o TCU, devendo chegar a cerca de R$ 55 bilhões entre os anos de 2020 e 2035, em valor presente.

Gustavo Sales/Câmara dos Deputados



Pepitone: "Não há mais espaço para abrigar novos subsídios"

Prazo

De acordo com a Aneel, o orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para 2021 é de R$ 23,9 bilhões. Desse total, R$ 19,6 bilhões vão ser pagos por todos os consumidores. A CDE banca a maior parte dos subsídios presentes na conta de luz.

"Não há mais espaço para abrigar novos subsídios. Nós precisamos de equilíbrio", afirmou o diretor-geral da agência, André Pepitone. Ele também disse que qualquer apoio ao setor elétrico deve ter prazo de validade. "Um benefício, quando é dado, tem que ter começo, meio e fim", afirmou.

O mesmo foi dito pelo diretor da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica do TCU, André Delgado de Souza. "Muitos subsídios são criados sem um prazo determinado. Há casos de subsídios com mais de 40 anos", afirmou.

Reportagem – Janary Júnior

Edição – Roberto Seabra

Fonte: Agência Câmara de Notícias

SEMINÁRIO VIRTUAL

EM 19/10/2021

TEMA: Seminário Mineração, Transição Energética e Clima.

Fotos: Gustavo Sales/Câmara dos Deputados

CONVIDADOS:

Abertura

Deputado Federal Édio Lopes (PL/RR), Presidente da Comissão de Minas e Energia;

Almirante Bento Albuquerque, Ministro de Minas e Energia;

Wilson Brumer, Presidente do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM;

Painel 1 - Minerais do futuro: como garantir a participação brasileira no mercado de tecnologias de energia limpa baseadas em mineração?

- Estratégia nacional para ampliar o conhecimento geológico para minerais do futuro

Esteves Pedro Colnago, Diretor-Presidente, Serviço Geológico do Brasil - CPRM;

- O panorama do avanço do desenvolvimento científico e tecnológico aplicado aos minerais do futuro

Silvia França, Diretora, Centro de Tecnologia Mineral (CETEM);

- Case da mineração: Pesquisa e desenvolvimento de baterias com uso de nióbio. A experiência da CBMM

Eduardo Ribeiro, Presidente, CBMM;

Moderador: Deputado Federal Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP)

Painel 2 - O impacto das novas tecnologias na demanda do lítio

Jorge Alberto Soares Tenório, Professor Titular POLI/USP, Coordenador Unidade EMBRAPII TecnoGreen;

Vinícius Mendonça Alvarenga, Diretor-Superintendente, Companhia Brasileira de Lítio (CBL);

Fabiano José de Oliveira Costa, CEO, AMG Mineração;

Ana Cristina Cabral-Gardner, Vice-Presidente Executiva, Sigma Lithium ;

Moderador: Deputado Federal Joaquim Passarinho (PSD/PA)

Painel 3 - Estratégias de descarbonização na indústria mineral

Rohitesh Dhawan, CEO, International Council on Mining & Metals (ICMM)

- Posicionamento do setor mineral para a COP 26 Clima

Rinaldo César Mancin, Diretor de Relações Institucionais do Instituto Brasileiro de Mineração - IBRAM (Confirmado)

- Cases da mineração:

Luiz Eduardo Osório, Vice-Presidente Executivo de Relações Institucionais e Comunicação da Vale S/A

Wilfred Bruijn, Presidente da Anglo American no Brasil (Confirmado)

Moderador: Deputado Federal Paulo Gamine (NOVO/RJ)

Participantes de seminário destacam papel da mineração na luta contra o aquecimento global

Atividade fornece minérios usados pelas tecnologias limpas, como veículos elétricos; deputados prometem cobrar mineradoras

Participantes de debate na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados destacaram, nesta terça-feira (19), o papel da mineração no atual momento de transição energética no mundo – dos combustíveis fósseis para a energia limpa. É quando ganham espaço no mercado mundial os chamados minerais do futuro, como nióbio, lítio, terras raras, cobalto e quartzo. Bastante citado nas discussões, o lítio é componente fundamental das baterias dos veículos elétricos.

O seminário "Mineração, transição energética e clima" foi realizado por sugestão do presidente da comissão, deputado Edio Lopes (PL-RR). Ele defendeu que o setor mineral aumente sua contribuição para o desenvolvimento da economia nacional e para a redução das desigualdades regionais, sem comprometer o meio ambiente.

“É preciso tornar a exploração e a produção mineral atividades atrativas para a iniciativa privada, uma vez que não se vislumbra a exploração direta pelo Estado. Essa atratividade depende de segurança jurídica e de um bom marco regulatório”, observou Lopes.

Presente à abertura do seminário, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, disse que a mineração recebe tratamento prioritário do governo em razão de seu papel na economia brasileira. “Com apenas 0,6% do território em atividade mineral, geramos 2,5% do PIB. São R$ 50 bilhões em tributos e royalties ao ano e cerca de três milhões de empregos diretos e indiretos”, destacou.

Mudanças climáticas

Os representantes do setor de mineração afirmaram que a mudança climática está na agenda deles. A ideia, disseram, é reduzir ao máximo as emissões de gases de efeito estufa pelas mineradoras.

Gustavo Sales/Câmara dos Deputados

Wilson Brumer: indústria promete reduzir emissões de gases do efeito estufa

Dados trazidos ao debate pelo presidente do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Wilson Brumer, apontam para metas a serem atingidas até 2030, como reduzir em 10% no consumo de energia, ampliar em 10% as áreas protegidas e diminuir em 10% o consumo de água nas atividades.

O CEO do Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM, na sigla em inglês), Rohitesh Dhawan, disse que a indústria mineradora está pronta para liderar a descarbonização. "A mineração se tornará ainda mais importante para a luta global contra o aquecimento do clima, uma vez que metais e minérios são cruciais para as tecnologias descarbonizadoras, como os carros elétricos e a energia renovável", declarou.

Por outro lado, ele também citou como desafio a utilização de combustíveis alternativos ao diesel nas atividades de mineração e sugeriu o uso de tecnologias à base de hidrogênio ou eólicas.

Além das metas relacionadas ao meio ambiente, o representante do Ibram, Wilson Brumer, destacou os desafios de zerar os acidentes de trabalho e ainda de ampliar a presença feminina no setor de mineração. "Hoje temos 17% de mulheres representadas na mineração. Queremos até 2030 dobrar esse número", anunciou.

Responsabilidade social

A responsabilidade social foi outro ponto abordado no seminário. Os palestrantes lembraram que a mineração recolhe impostos, gera empregos e atua no apoio a comunidades pobres.

Gustavo Sales/Câmara dos Deputados

Arnaldo Jardim: Congresso cobrará responsabilidade social das mineradoras

"É papel do setor minerador ajudar as comunidades sob o impacto das mudanças climáticas. Ainda que cessemos as emissões, teremos efeitos que serão sentidos por pessoas às margens da sociedade. É nossa responsabilidade trabalhar apoiando a resiliência dessas comunidades locais", defendeu Rohitesh Dhawan.

Moderador de um dos painéis de discussão, o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) disse que os parlamentares estarão atentos e cobrarão da mineração essa "empatia com a sociedade". Ele lembrou os rompimentos de barragens de mineradoras no Brasil, nos últimos anos, resultado na morte de centenas de pessoas.

Também participaram do seminário os deputados Joaquim Passarinho (PSD-PA) e Paulo Ganime (Novo-RJ). Passarinho demonstrou preocupação com o desenvolvimento regional das áreas de mineração.

Já Ganime disse que, apesar das preocupações, o momento é de grandes oportunidades para o Brasil, que deve criar segurança jurídica e uma legislação mais moderna para obter resultados de longo prazo.

Reportagem – Noéli Nobre

Edição – Marcelo Oliveira

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Outros Eventos

VISITA TÉCNICA

EM 13/08/2021

Foto: Arquivo do Deputado Cássio Andrade

LOCAL: Unidade de Distribuição de Energia da Energisa – RO.

TEMA: Visita Técnica para análise de risco de Apagão no Estado de Rondônia, em atendimento ao Requerimento nº 36/2021, de autoria do Deputado Léo Moraes.

PARTICIPANTES:

- Deputado Léo Moraes;
- Representante do Ministério de Minas e Energia;
- Representante da ANEEL;
- Presidente da ENERGISA;
- Assessoria técnica;
- Imprensa local.

OBJETIVO: Realizar visita técnica na estrutura de distribuição de energia elétrica do Estado de Rondônia, em conformidade ao Requerimento n° 36 de 2021- CME.

A visita técnica foi realizada no dia 13 de agosto de 2021, aonde fora celebrada uma ATA de procedimentos em anexo, e fotos do evento.

As autoridades estaduais do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e de fiscalização e controle como Ministério Público Estadual e Tribunal de Contas foram convidadas.

Os procedimentos de distanciamento e controle relativos à pandemia do COVID-19 foram observadas.

Deputado Federal Léo Moraes faz visita técnica a Energisa para averiguar riscos de apagão em Rondônia

A visita tem como objetivo ver os riscos de apagão no estado de Rondônia, que produz, diariamente energia para outros estados do país.

O deputado federal, Léo Moraes, solicitou uma visita técnica à Comissão de Minas e Energia, para análise in-loco as unidades de distribuição de energia elétrica após apagão no estado do Amapá. A visita tem como objetivo ver os riscos de apagão no estado de Rondônia, que produz, diariamente energia para outros estados do país.

Estiveram juntamente com Léo Moraes o presidente da Emdur, Gustavo Beltrame, o Defensor Público Sérgio Muniz, Promotora do MPRO, Daniela Nicolai, Victor Protázio, Coordenador Geral de Monitoramento da Expansão da Transmissão do Sistema Elétrico - Ministério Minas e Energia, o Superintendente da Aneel, André Ruelli, o Deputado Estadual Jair Montes e parte da imprensa.

“Queremos atestar qualquer risco de apagão no estado, pois é um absurdo produzirmos energia e enfrentarmos o risco de apagão. Estamos cobrando também a Aneel e Energisa quanto a prestação de serviço a população, pois a conta de energia aumenta e a melhora no atendimento não acontece na mesma velocidade”, concluiu o deputado.

Proposições Apreciadas

PROJETO DE LEI Nº 4.301/2012

Foto: Gustavo Sales/Câmara dos Deputados

Deputado Benes Leocádio (REPUBLICANOS – RN)
Relator

AUTOR: Laercio Oliveira - PR/SE

EMENTA:

Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Benes Leocádio (REPUBLIC-RN), pela rejeição.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer, em 4/5/2021.

PROJETO DE LEI Nº 2.116/2011

Foto: Gustavo Sales/Câmara dos Deputados

Deputado Joaquim Passarinho (PSD – PA)
Relator

AUTOR: Leopoldo Meyer - PSB/PR

EMENTA:

Altera a Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, que "dispõe sobre a remuneração legal do investimento dos concessionários de serviços públicos de energia elétrica, e dá outras providências."

PARECER:

Parecer Vencedor, Dep. Joaquim Passarinho (PSD-PA), pela rejeição deste, do PL 6453/2013, do PL 2169/2015, e do PL 5296/2019, apensados.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer Vencedor, em 25/5/2021.

PROJETO DE LEI Nº 6.146/2019

Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

Deputado Eduardo Bismarck (PDT – CE)
Relator

AUTOR: Schiavinato - PP/PR

EMENTA:

Acrescenta o inciso III, ao artigo 3º da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Eduardo Bismarck (PDT-CE), pela aprovação.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados Edio Lopes, Luiz Carlos, Eros Biondini, Joaquim Passarinho, Léo Moraes, Ricardo Guidi, Tiago Dimas, Daniel Freitas, Fabio Schiochet, Paulo Ganime, Nereu Crispim, Benes Leocádio, Coronel Chrisóstomo e Felício Laterça, em 25/5/2021.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 963/2018

Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

Deputado Benes Leocádio (REPUBLICANOS - RN)
Relator

AUTOR: José Guimarães - PT/CE

EMENTA:

Susta, nos termos do art 49, V, da Constituição Federal, a vigência dos arts. 1° e 3° do Decreto n. 9.391, de 30 de maio de 2018, do Presidente da República, que alteram o Decreto nº 5.060, de 30 de abril de 2004, que trata das alíquotas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Benes Leocádio (REPUBLIC-RN), pela rejeição.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer, contra os votos dos Deputados Carlos Zarattini, Padre João e Merlong Solano, em 29/6/2021.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 153/2020

Foto: Gustavo Sales/Câmara dos Deputados

Deputado Joaquim Passarinho (PSD-PA)
Relator

AUTOR: André Figueiredo - PDT/CE

EMENTA:

Susta os efeitos do Decreto nº 10.322, de 15 de abril de 2020, que "Dispõe sobre a qualificação da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - Nuclep no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sobre a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização".

PARECER:

Parecer Vencedor, Dep. Joaquim Passarinho (PSD-PA), pela rejeição.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer Vencedor, Dep. Joaquim Passarinho (PSD-PA), pela rejeição, em 29/6/2021.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 399/2020

Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

Deputado Joaquim Passarinho (PSD - PA)
Relator

AUTOR: Alessandro Molon - PSB/RJ

EMENTA:

Susta a Resolução nº 8, de 18 de agosto de 2020, do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE.

PARECER:

Parecer Vencedor, Dep. Joaquim Passarinho (PSD-PA), pela rejeição.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer Vencedor do Dep. Joaquim Passarinho, pela rejeição, em 29/6/2021.

PROJETO DE LEI Nº 3.917/2020

Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

Deputado Joaquim Passarinho (PSD - PA)
Relator

AUTOR: Enio Verri - PT/PR e outros

EMENTA:

Acrescenta artigo ao texto da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que 'dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências', para tipificar o crime de criação irregular de empresas subsidiárias, objetivando fraudar decisão judicial ou descumprir determinação constitucional.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Joaquim Passarinho (PSD-PA), pela rejeição.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer, contra o voto do Deputado Padre João, em 29/6/2021.

PROJETO DE LEI Nº 53/2020

Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

Deputado Joaquim Passarinho (PSD - PA)
Relator

AUTOR: Alexandre Frota - PSDB/SP

EMENTA:

Dispõe sobre legislação tributária federal sobre combustíveis.

PARECER:

Parecer Vencedor, Dep. Joaquim Passarinho (PSD-PA), pela rejeição.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer Vencedor do Dep. Joaquim Passarinho, em 29/6/2019.

PROJETO DE LEI Nº 747/2020

Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados

Deputado Christino Aureo (PP – RJ)
Relator

AUTOR: Adriana Ventura - NOVO/SP e outros.

EMENTA:

Dispõe sobre as atividades econômicas relativas ao álcool gel.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Christino Aureo (PP-RJ), pela aprovação, com substitutivo.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer, em 29/6/2019.

PROJETO DE LEI Nº 731/2015

Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados

Deputado Joaquim Passarinho (PSD – PA)
Relator

AUTOR: Rodrigo Garcia - DEM/SP

EMENTA:

Altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para incluir a sustentabilidade ambiental entre as diretrizes estabelecidas no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, e para dispor sobre a precedência, na utilização dos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS, dos projetos e programas que demonstrem a sustentabilidade ambiental do empreendimento habitacional.

PARECER:

Parecer Vencedor, Dep. Joaquim Passarinho (PSD-PA), pela rejeição deste, do PL 747/2015, apensado, e do Substitutivo adotado pela CMADS.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer Vencedor do Dep. Joaquim Passarinho, contra o voto do Primitivo Relator, Dep. Leur Lomanto Júnior, em 3/8/2021.

PROJETO DE LEI Nº 2.427/2019

Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados

Deputado Paulo Ganime (NOVO – RJ)
Relator

AUTORA: Senado Federal - Lasier Martins - PSD/RS

EMENTA:

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incentivar a redução de perdas na distribuição de água tratada.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Paulo Ganime (NOVO-RJ), pela aprovação parcial, com substitutivo.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer, em 10/8/2021.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 136/2020

Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados

Deputado Beto Pereira (PSDB - MS)
Relator

AUTORES: Ivan Valente - PSOL/SP e outros.

EMENTA:

Susta os efeitos da Portaria nº 135 (GM), de 28 de março de 2020, do Ministério de Minas e Energia, que passa a considerar todos os segmentos do setor mineral como serviço essencial.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Beto Pereira (PSDB-MS), pela rejeição deste e do PDL 141/2020, apensado.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer, contra o voto da Deputada Joenia Wapichana, em 31/8/2021.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 271/2021

Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados

Deputado Luis Miranda (DEM – DF)
Relator

AUTOR: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

EMENTA:

Aprova o texto do Acordo-Quadro sobre o Estabelecimento da Aliança Solar Internacional (ASI), assinado em Nova Delhi, República da Índia, em 15 de novembro de 2016.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Luis Miranda (DEM-DF), pela aprovação.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer, em 19/10/2021.

PROJETO DE LEI Nº 10.454/2018

Foto: Najara Araújo/Câmara dos Deputados

Deputado Cleber Verde (REPUBLICANOS - MA)
Relator

AUTOR: Senado Federal - Elmano Férrer - MDB/PI

EMENTA:

Institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio Parnaíba

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Cleber Verde (REPUBLIC-MA), pela aprovação, com substitutivo.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer, em 10/11/2021.

PROJETO DE LEI Nº 4.326/2019

Foto: Gustavo Sales/Câmara dos Deputados

Deputado Elias Vaz (PSB-GO)
Relator

AUTOR: Boca Aberta (PROS-PR)

EMENTA:

Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de mangueiras transparentes nas bombas de combustíveis.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Elias Vaz (PSB-GO), pela rejeição deste, do PL 4470/2019, do PL 4984/2019, do PL 5623/2019, e do PL 6346/2019, apensados.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer, em 10/11/2021.

PROJETO DE LEI Nº 4.891/2020

Foto: Marina Ramos/Câmara dos Deputados

Deputado Neucimar Fraga (PSD-ES)
Relator

AUTOR: Capitão Alberto Neto - REPUBLIC/AM

EMENTA:

Altera a Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989, para determinar que o produto mineral garimpável extraído irregularmente que tenha sido apreendido seja encaminhado a depósito central.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Neucimar Fraga (PSD-ES), pela rejeição.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer, em 1/12/2021.

Requerimentos Apresentados

PROPOSICAO	EMENTA	AUTOR	PARTIDO	UF
REQ 1/2021 CME	Solicita audiência pública com o relator do projeto de lei 5829/2019 que trata do marco legal da geração distribuída.	Danilo Forte	PSDB	CE
REQ 2/2021 CME	Solicita a criação de subcomissão de energia renovável na CME.	Danilo Forte	PSDB	CE
REQ 3/2021 CME	Requer a criação de Subcomissão Permanente sobre Fontes Renováveis de Energia e Biocombustíveis, no âmbito desta comissão.	Arnaldo Jardim	CIDADANIA	SP
REQ 4/2021 CME	Requer Audiência Pública para tratar da tributação de combustíveis.	Christino Aureo	PP	RJ
REQ 5/2021 CME	Requer a inclusão de convidado na Audiência Pública, que tramita sob o Requerimento de n° 1/2021, a fim de solicitar audiência pública com o relator do projeto de lei 5829/2019 que trata do marco legal da geração distribuída, de autoria do dep. Danilo Forte, PSDB/CE.	Airton Faleiro	PT	PA
REQ 6/2021 CME	Requer a criação de Subcomissão Especial sobre Fontes de Geração de Energia Elétrica.	Luis Miranda	DEM	DF
REQ 7/2021 CME	Requer a criação de Subcomissão Permanente sobre Fontes Renováveis de Energia e Biocombustíveis.	Luis Miranda	DEM	DF
REQ 8/2021 CME	Requer a criação de Subcomissão Especial sobre a Cobrança Abusiva de Energia Elétrica.	Luis Miranda	DEM	DF
REQ 9/2021 CME	Requer a realização de audiência pública, para discutir sobre o aumento dos combustíveis.	Luis Miranda	DEM	DF
REQ 10/2021 CME	Solicita o convite ao Senhor Presidente da Petrobrás, General Silva e Luna, para apresentação à Comissão de um plano de ações de governança da Estatal, além do plano de controle do preço dos combustíveis.	Benes Leocádio	REPUBLIC	RN
REQ 11/2021 CME	Requer Audiência Pública para tratar da privatização da Celg GT, no Estado de Goiás.	Elias Vaz	PSB	GO
REQ 12/2021 CME	Solicita a realização de audiência pública para debater o PL 5829/2019.	Coronel Chrisóstomo	PSL	RO
REQ 13/2021 CME	Requer a realização de audiência pública para discutir a decisão judicial sobre a rescisão do contrato da concessionária responsável pela construção do Linhão de Tucuraí, que conectaria o estado de Roraima ao Sistema Integrado Nacional	Edio Lopes	PL	RR
REQ 14/2021 CME	Requer a criação de Subcomissão Especial sobre barris de óleo na região norte do Brasil.	Cássio Andrade	PSB	PA
REQ 15/2021 CME	Requer a realização de audiência pública para discutir o projeto de implantação da usina hidrelétrica Tabajara, localizada no município de Machadinho do Oeste, no Estado de Rondônia.	Coronel Chrisóstomo	PSL	RO
REQ 16/2021 CME	Requer a manutenção das atividades da Subcomissão Permanente de Óleo e Gás.	Christino Aureo	PP	RJ
REQ 17/2021 CME	Requer Audiência Pública para tratar da suspensão, até 30 de junho, de corte de energia para famílias de baixa renda.	Elias Vaz	PSB	GO
REQ 18/2021 CME	Requer a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 528, de 2020, que altera as Leis nº 13.033, de 24 de setembro de 2014, e nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.	Arnaldo Jardim	CIDADANIA	SP
REQ 19/2021 CME	Requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, para debater a transparência no uso e o controle social da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) e da Contribuição Financeira e da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Hídricos (CFURH) .	Padre João	PT	MG

PROPOSICAO	EMENTA	AUTOR	PARTIDO	UF
REQ 20/2021 CME	Requerimento para inclusão de convidado em Audiência Pública sobre o PL 5829/2019.	Danilo Forte	PSDB	CE
REQ 21/2021 CME	Solicita realização de audiência pública sobre os preços de combustíveis.	Paulo Ganime	NOVO	RJ
REQ 22/2021 CME	Solicita audiência pública para discutir a modelagem econômica e as condições contratuais adotadas na venda da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), na Bahia, pertencente à Petrobras, e os impactos para o mercado regional e nacional de derivados de petróleo.	Carlos Zarattini	PT	SP
REQ 23/2021 CME	Requer a inclusão de convidado na Audiência Pública, que tramita sob o Requerimento Nº 12/2021 - do Sr. Coronel Chrisóstomo - que "solicita a realização de audiência pública para debater o PL 5829/2019	Roman	PATRIOTA	PR
REQ 24/2021 CME	Requer o aditamento ao requerimento nº 01/2021, para inclusão de convidado na realização de audiência pública.	Joaquim Passarinho	PSD	PA
REQ 25/2021 CME	Requer aditamento ao requerimento nº 9/2021, para inclusão de nomes na lista de convidados da audiência pública.	Luis Miranda	DEM	DF
REQ 26/2021 CME	Requer a realização de Audiência Pública para tratar sobre a cadeia do gás GLP (gás liquefeito de petróleo) no Brasil.	Christino Aureo	PP	RJ
REQ 27/2021 CME	Requer o aditamento ao requerimento no REQ 13/2021 - CME, para inclusão de convidado na realização de audiência pública.	Joenia Wapichana	REDE	RR
REQ 28/2021 CME	Requer a realização de audiência pública para discutir a situação da hidrelétrica Risoleta Neves, em Minas Gerais, da mineradora Vale, estrutura que foi soterrada no desastre da mineradora Samarco em Mariana (MG), mas que desde 2015 continua recebendo valores mensais pela geração de energia.	Edio Lopes	PL	RR
REQ 29/2021 CME	Solicita a realização de Audiência Pública para tratar da renúncia do ex-diretor da Agência Nacional de Mineração – ANM e de alterações propostas pela atual diretoria colegiada da ANM com relação à extinção de várias regionais da ANM nos Estados.	Ricardo Izar	PP	SP
REQ 30/2021 CME	Requer a realização de Audiência Pública, com a presença do Ministro de Minas e Energia, do Diretor do Departamento de Políticas Sociais e Universalização do Acesso à Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia, do Presidente da ANEEL e do Presidente da ELETROBRAS, para tratar do Programa Luz para Todos.	Sidney Leite	PSD	AM
REQ 31/2021 CME	Requer realização de Audiência Pública desta Comissão de Minas e Energia em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, a fim de que sejam esclarecidos os apagões elétricos ocorridos no Estado do Amapá.	Elias Vaz	PSB	GO
REQ 32/2021 CME	Requer que sejam adicionados convidados na audiência pública para discutir a situação da hidrelétrica Risoleta Neves, em Minas Gerais, da mineradora Vale, estrutura que foi soterrada no desastre da mineradora Samarco em Mariana (MG), mas que desde 2015 continua recebendo valores mensais pela geração de energia, REQUERIMENTO Nº 28/2021.	Padre João	PT	MG
REQ 33/2021 CME	Requer o aditamento do Requerimento Nº 26 de 2021, para incluir participante em Audiência Pública.	Christino Aureo	PP	RJ
REQ 34/2021 CME	Requer o aditamento ao requerimento nº REQ 26/2021, para inclusão de convidado na realização de audiência pública.	Padre João	PT	MG
REQ 35/2021 CME	Solicita realização de audiência pública na Comissão de Minas e Energia para discutir a Medida Provisória 1.031, de 2021, que dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, e os seus impactos.	Rubens Otoni	PT	GO

PROPOSICAO	EMENTA	AUTOR	PARTIDO	UF
REQ 36/2021 CME	Requer visita técnica dessa Comissão de Minas e Energia destinada a fazer observação in loco nas unidades de distribuição de energia elétrica no Estado de Rondônia com vistas a verificar a real situação do fornecimento de energia elétrica na região, bem como viabilizar a propositura de medidas legislativas eficazes para mitigar o risco de ''apagão'' de energia elétrica.	Léo Moraes	PODE	RO
REQ 37/2021 CME	Solicita audiência pública para discutir a modelagem econômica e as condições contratuais adotadas na venda da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), na Bahia, pertencente à Petrobras, e os impactos para o mercado regional e nacional de derivados de petróleo.	João Carlos Bacelar	PL	BA
REQ 38/2021 CME	Requer na realização de audiência pública para debater as propostas de privatização da Eletrobrás.	Joenia Wapichana	REDE	RR
REQ 39/2021 CME	Requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão para tratar acerca da construção da Linha de Transmissão de Energia no trecho Rio Branco / Cruzeiro do Sul, no estado do Acre.	Jesus Sérgio	PDT	AC
REQ 40/2021 CME	Requer a realização de audiência pública para discutir o Projeto de Lei 750/2021 e o aumento abusivo do preço dos combustíveis no Brasil.	Nereu Crispim	PSL	RS
REQ 41/2021 CME	Requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, para debater as violações praticadas pela Fundação RENOVA, a fim de garantir o pleno cumprimento do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC)	Padre João	PT	MG
REQ 42/2021 CME	Requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão para tratar acerca do andamento das obras do Programa Luz para Todos no estado do Acre e demais estados da Região Norte.	Jesus Sérgio	PDT	AC
REQ 43/2021 CME	Requer a criação de Subcomissão Especial da Energia Barata.	Coronel Chrisóstomo	PSL	RO
REQ 44/2021 CME	Solicita a realização de Audiência Pública para tratar da oferta de milhares de áreas minerárias através de leilão eletrônico por melhor preço, promovido pela Agência Nacional de Mineração em parceria com o Ministério de Minas e Energia e Ministério da Economia.	Ricardo Izar	PP	SP
REQ 45/2021 CME	Requer o aditamento ao requerimento nº 44/2021, para inclusão de convidados na realização de audiência pública.	Joaquim Passarinho	PSD	PA
REQ 46/2021 CME	Requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão para tratar acerca do acionamento das usinas termoelétricas para geração de energia e a autorização para a bandeira tarifária vermelha patamar 1.	Jesus Sérgio	PDT	AC
REQ 47/2021 CME	Solicita realização de Audiência Pública nesta Comissão para debater os critérios de operação da usina de Furnas Centrais Elétricas e estabelecer critérios e ações que assegurem o direito ao uso múltiplo das águas respeitando-se a cota 762 como nível mínimo de operação do lago de furnas.	Domingos Sávio	PSDB	MG
REQ 48/2021 CME	Requer a realização de Audiência Pública para debater o Programa Mais Luz para a Amazônia.	Coronel Chrisóstomo	PSL	RO
REQ 49/2021 CME	Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão para discutir a liberação da comercialização de veículos automotores leves movidos a óleo diesel	Paulo Ganime	NOVO	RJ
REQ 50/2021 CME	Requer aditamento ao Requerimento nº 47/2021, para inclusão de convidados na realização de audiência pública.	Arnaldo Jardim	CIDADANIA	SP
REQ 51/2021 CME	Requer a realização de Audiência Pública para debater a crise hídrica que assola as regiões Sudeste/Centro-Oeste do País e as medidas estruturantes e emergenciais sob a competência do Ministério de Minas e Energia.	Christino Aureo	PP	RJ

PROPOSICAO	EMENTA	AUTOR	PARTIDO	UF
REQ 52/2021 CME	Solicita realização de audiência pública para discutir a disponibilidade de energia elétrica no Brasil, bem como os riscos de racionamento e as medidas adotadas pelo governo federal para garantir o fornecimento da mesma.	Carlos Zarattini	PT	SP
REQ 53/2021 CME	Requer o aditamento ao requerimento nº REQ 47/2021 - CME, para inclusão de convidados na realização de audiência pública.	Padre João	PT	MG
REQ 54/2021 CME	Requerimento de solicitação de Audiência Pública convidando o Ministro Bento Albuquerque e outras autoridades.	Danilo Forte	PSDB	CE
REQ 55/2021 CME	Requer a constituição de Grupo de Trabalho suprapartidário para debater e elaborar uma proposta de alteração do Código de Mineração.	Greyce Elias	AVANTE	MG
REQ 56/2021 CME	Requer a realização de seminário para tratar do impacto tarifário dos subsídios do setor elétrico e, especialmente, da caracterização do perfil dos consumidores que os recebem e dos que arcam com seus custos.	Edio Lopes	PL	RR
REQ 57/2021 CME	Requer aditamento ao Requerimento 47/2021da Comissão de Minas e Energia, para incluir a SEMAD e a AMUSUHna relação de participantes.	Domingos Sávio	PSDB	MG
REQ 58/2021 CME	Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre o PL 4471/2020, que dispõe sobre a propriedade de meteorito que atinge o solo brasileiro, o qual fui designado relator e que será objeto de análise no âmbito desta Comissão.	Jesus Sérgio	PDT	AC
REQ 59/2021 CME	Requer a Manutenção da Subcomissão Permanente de Mineração.	Nereu Crispim	PSL	RS
REQ 60/2021 CME	Solicito a retirada de tramitação do Requerimento nº 55/2021.	Greyce Elias	AVANTE	MG
REQ 61/2021 CME	Requer o aditamento ao requerimento nº REQ 52/2021 CME para inclusão de convidado na realização de audiência pública.	Padre João	PT	MG
REQ 62/2021 CME	Solicita audiência pública, conjunta com a Comissão de Legislação Participativa e com a Comissão de Finanças e Tributação para discutir a devolução ao consumidor dos créditos tributários decorrentes de decisões judiciais excluindo o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, incidentes sobre as tarifas de energia elétrica.	Airton Faleiro	PT	PA
REQ 63/2021 CME	Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, a fim de debater sobre o “Programa Luz para Todos”.	Joenia Wapichana	REDE	RR
REQ 64/2021 CME	Requer, nos termos do art. 255 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública para discutir o processo de legalização da mineração na região do Tapajós.	Joaquim Passarinho	PSD	PA
REQ 65/2021 CME	Requer a realização de Audiência Pública para debater a segurança da barragem Eustáquio, localizada no município de Paracatu, no Estado de Minas Gerais.	João Carlos Bacelar	PL	BA
REQ 66/2021 CME	Requer a realização de reunião de audiência pública com a finalidade de debater a construção de hidrelétricas na Região Norte do país.	Edio Lopes	PL	RR
REQ 67/2021 CME	Requer a realização de Mesa Redonda, na cidade de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, para debater o PL nº 191, de 2020 – Mineração e Aproveitamento de Recursos Hídricos em Terra Indígena.	Coronel Chrisóstomo	PSL	RO
REQ 68/2021 CME	Requer o aditamento ao requerimento, REQ 66/2021 - CME, para inclusão de convidado na realização de audiência pública.	Padre João	PT	MG
REQ 69/2021 CME	Requer a realização de reunião de audiência pública com a finalidade de solicitar esclarecimentos da Petrobras S.A sobre a operação de termelétricas.	Danilo Forte	PSDB	CE

PROPOSICAO	EMENTA	AUTOR	PARTIDO	UF
REQ 70/2021 CME	Requer o aditamento ao requerimento REQ 65/2021-CME, para inclusão de convidados na realização de audiência pública.	Edio Lopes	PL	RR
REQ 71/2021 CME	Requer a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 414, de 2021 que "Altera as Leis nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nº 9.991, de 24 de julho de 2000, nº 10.438, de 26 de abril de 2002, nº 10.848, de 15 de março de 2004, nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, nº 5.655, de 20 de maio de 1971, e nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, para aprimorar o modelo regulatório e comercial do setor elétrico com vistas à expansão do mercado livre, e dá outras providências."	Paulo Ganime	NOVO	RJ
REQ 72/2021 CME	Requer o aditamento ao requerimento nº REQ 71/2021 CME, para inclusão de convidado na realização de audiência pública.	Padre João	PT	MG
REQ 73/2021 CME	Requer o aditamento ao REQ nº 71/2021 CME para inclusão de convidado na realização de audiência pública.	Jaqueline Cassol	PP	RO
REQ 74/2021 CME	Requer realização de Audiência Pública para debater sobre a questão da evasão fiscal na comercialização de combustíveis.	Danilo Forte	PSDB	CE
REQ 75/2021 CME	Requer a realização de seminário e exposição para tratar sobre mineração e energia limpa e perspectivas do setor no Brasil.	Edio Lopes	PL	RR
REQ 76/2021 CME	Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre os impactos ambientais e sociais nos Distritos de Cachoeira do Campo e Amarantina, no Município de Ouro Preto/MG.	Padre João	PT	MG
REQ 77/2021 CME	Requer Audiência Pública para debater os efeitos da Medida Provisória 1063, de 2021, que altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e a Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, para dispor sobre as operações de compra e venda de álcool, a comercialização de combustíveis por revendedor varejista e a incidência da Contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins nas referidas operações.	Elias Vaz	PSB	GO
REQ 78/2021 CME	Requer o aditamento do REQ nº 71/2021 para inclusão de convidado em Audiência Pública a ser realizada nesta comissão, para de debater o Projeto de Lei nº 414, de 2021.	Lafayette de Andrada	REPUBLIC	MG
REQ 79/2021 CME	Requer o aditamento ao REQ nº 71/2021 CME para inclusão de convidado na realização de audiência pública.	Danilo Forte	PSDB	CE
REQ 80/2021 CME	Requer o aditamento ao requerimento nº 64/2021, para inclusão de convidados na realização de audiência pública.	Joaquim Passarinho	PSD	PA
REQ 81/2021 CME	Requer o envio de Indicação ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, por intermédio da Agência Nacional de Mineração – ANM, no sentido que seja providenciado, em regime de urgência, a atualização dos dados aos direitos dos municípios relativos à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM.	Domingos Sávio	PSDB	MG
REQ 82/2021 CME	Requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão para debater sobre produção de etanol em microdestilarias e em cooperativas de pequenos produtores e comercialização direta em face da MPV 1.063/2021.	Padre João	PT	MG
REQ 83/2021 CME	Requer o aditamento ao REQ nº 77/2021 da CME para inclusão de convidado na realização de Audiência Pública.	Danilo Forte	PSDB	CE
REQ 84/2021 CME	Requer o aditamento do REQ nº 71/2021 para inclusão de convidado em Audiência Pública a ser realizada nesta comissão, para de debater o Projeto de Lei nº 414, de 2021.	Elias Vaz	PSB	GO
REQ 85/2021 CME	Requer aditamento ao Requerimento nº 74/2021 CME para inclusão de convidado na realização de audiência pública.	Paulo Ganime	NOVO	RJ

PROPOSICAO	EMENTA	AUTOR	PARTIDO	UF
REQ 86/2021 CME	Solicita audiência pública para discutir o PL nº 5.131/2019, que trata sobre o estabelecimento de guia para o transporte de ouro e modifica as penas no crime de transporte de ouro ilegal, e dos apensados PL nºs 5.494/2020 e 1.091/201, que criam o Plano Nacional de Erradicação da Contaminação por Mercúrio, e o PL nº 1.477/2021, que versa sobre a documentação e venda de ouro e a criminalização das operações ilegais	Airton Faleiro	PT	PA
REQ 87/2021 CME	Requer aditamento ao requerimento REQ 77/2021, que requer audiência pública para debater os efeitos da Medida Provisória 1.063, de 2021.	Altineu Côrtes	PL	RJ
REQ 88/2021 CME	Requer Audiência Pública para debater os efeitos criação da Empresa Comercializadora de Etanol – ECE, por meio de uma Joint Venture entre as empresas Vibra Energia (antiga BR Distribuidora) e a Copersucar S.A..	Elias Vaz	PSB	GO
REQ 89/2021 CME	Solicita aditamento ao Requerimento nº 71/2021 para requerer a inclusão de convidado em audiência pública nesta Comissão para debater o Projeto de Lei nº 414, de 2021.	Paulo Ganime	NOVO	RJ
REQ 90/2021 CME	Requer aditamento ao Requerimento de Audiência Pública nº 77/2021, de Autoria do Sr. Elias Vaz, que visa debater os efeitos da Medida Provisória nº 1063, de 2021, para inclusão de convidado.	Joaquim Passarinho	PSD	PA
REQ 91/2021 CME	Requer a convocação do Ministro do Meio Ambiente – Sr. Joaquim Álvaro Pereira Leite, para discutir o processo de legalização da mineração na região do Tapajós, perante esta Comissão de Minas e Energia.	Joaquim Passarinho	PSD	PA
REQ 92/2021 CME	Requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, para debater os procedimentos de descomissionamento, as condições de armazenamento de material radioativo e os riscos de contaminação radioativa da unidade das Indústrias Nucleares do Brasil (INB) no município de Caldas/MG, assim como sobre a proposta de transporte de mais mil toneladas de rejeitos radioativos oriundos da unidade INB do bairro de Interlagos, cidade de São Paulo, para a unidade no Sul de Minas Gerais.	Padre João	PT	MG
REQ 93/2021 CME	Solicita a retirada de proposição em tramitação, Requerimento nº 91/2021 CME.	Joaquim Passarinho	PSD	PA
REQ 94/2021 CME	Requer o aditamento ao REQ nº 71/2021 CME para inclusão de convidado na realização de audiência pública.	Edio Lopes	PL	RR
REQ 95/2021 CME	Requerem a indicação para representar esta Comissão em missão oficial na 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a ser realizada em Glasgow, Escócia, no período de 1 a 12 de novembro de 2021.	Joenia Wapichana	REDE	RR
REQ 96/2021 CME	Requer aditamento ao requerimento REQ 77/2021 – que requer audiência pública para debater os efeitos da Medida Provisória nº 1063, de 2021.	Eduardo Bismarck	PDT	CE
REQ 97/2021 CME	Requer o encaminhamento de pedido de informações ao Ministro de Minas e Energia, Sr. Bento Albuquerque, referente a Petrobrás S. A., no que tange a crise energética.	Edio Lopes	PL	RR
REQ 98/2021 CME	Requer o encaminhamento de pedido de informações ao Ministro de Minas e Energia, Sr. Bento Albuquerque, referente a Petrobrás S. A., no que tange o fornecimento de gás natural durante o período de crise energética.	Edio Lopes	PL	RR
REQ 99/2021 CME	Requer o encaminhamento de pedido de informações ao Ministro de Minas e Energia, Sr. Bento Albuquerque, referente a Petrobrás S. A., no que tange a manutenção de infraestrutura dos setores de gás natural e energia elétrica durante o período de crise energética.	Edio Lopes	PL	RR

PROPOSICAO	EMENTA	AUTOR	PARTIDO	UF
REQ 100/2021 CME	Requer o encaminhamento de pedido de informações ao Ministro de Minas e Energia, Sr. Bento Albuquerque, referente a Petrobrás S. A., no que tange a usina termelétrica UTE Termorio.	Edio Lopes	PL	RR
REQ 101/2021 CME	Requer o encaminhamento de pedido de informações ao Ministro de Minas e Energia, Sr. Bento Albuquerque, referente a Petrobrás S. A., no que tange as usinas termelétricas UTE Cuiabá, UTE Araucária, UTE William Arjona e UTE Uruguaiana.	Edio Lopes	PL	RR
REQ 102/2021 CME	Requer o encaminhamento de pedido de informações ao Ministro de Minas e Energia, Sr. Bento Albuquerque, referente a Petrobrás S. A., no que tange a manutenção da Plataforma de Mexilhão e do gasoduto Rota 1.	Edio Lopes	PL	RR
REQ 103/2021 CME	Requer o encaminhamento de pedido de informações ao Ministro de Minas e Energia, Sr. Bento Albuquerque, referente à Petrobrás S. A., no que tange o fornecimento de gás natural para usinas termelétricas.	Arnaldo Jardim	CIDADANIA	SP
REQ 104/2021 CME	Requer o encaminhamento de pedido de informações ao Ministro de Minas e Energia, Sr. Bento Albuquerque, junto a Petrobrás, sobre a operação das termoelétricas e o preço dos combustíveis.	Danilo Forte	PSDB	CE
REQ 105/2021 CME	Requer Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.	Mário Negromonte Jr.	PP	BA
REQ 106/2021 CME	Realização de audiência pública para debater MP 1063 e 1069.	Danilo Forte	PSDB	CE
REQ 107/2021 CME	Requer a convocação do Ministro de Estado de Minas e do Presidente da Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF.	Mário Negromonte Jr.	PP	BA
REQ 108/2021 CME	Requer o aditamento ao REQ nº 106/2021 da CME para inclusão de convidado na realização de Audiência Pública.	Danilo Forte	PSDB	CE
REQ 109/2021 CME	Requer aditamento na lista de convidados da audiência pública disposta no Requerimento n° 86/2021-CME, para debater o Projeto de Lei 5131/2019, que trata sobre o estabelecimento de guia para o transporte de ouro e modifica as penas no crime de transporte de ouro ilegal, e dos apensados PL nºs 5.494/2020 e 1.091/201, que criam o Plano Nacional de Erradicação da Contaminação por Mercúrio, e o PL nº 1.477/2021, que versa sobre a documentação e venda de ouro e a criminalização das operações ilegais.	Airton Faleiro	PT	PA
REQ 110/2021 CME	Requer o aditamento ao REQ nº 71/2021-CME para inclusão de convidado na realização de audiência pública.	Padre João	PT	MG
REQ 111/2021 CME	Requer o aditamento ao requerimento, REQ 92/2021 - CME, para inclusão e substituição de convidado da audiência pública.	Padre João	PT	MG
REQ 112/2021 CME	Requer aditamento ao REQ nº 106/2021 da CME para inclusão de convidados na realização de audiência pública.	Paulo Ganime	NOVO	RJ
REQ 113/2021 CME	Requer aditamento ao Requerimento nº 74/2021 CME para inclusão de convidado na realização de audiência pública.	Paulo Ganime	NOVO	RJ
REQ 114/2021 CME	Requer a esta comissão que seja autorizada a formação de uma comitiva com o objetivo de representar o colegiado em missão oficial aos Emirados Árabes, na Expo Dubai, junto com a ANEEL, para promover a troca de informações e experiências no setor energético.	Luis Miranda	DEM	DF
REQ 115/2021 CME	Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Minas e Energia, para debater o Programa Mais Luz para a Amazônia.	Silas Câmara	REPUBLIC	AM
REQ 116/2021 CME	Realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA com o Ministro do Meio Ambiente, o Sr. Joaquim Álvaro Pereira Leite, para debater sobre o plano de	Danilo Forte	PSDB	CE

PROPOSICAO	EMENTA	AUTOR	PARTIDO	UF
	governo do país para a Conferência das Nações Unidas Sobre Mudanças Climáticas - COP 26			
REQ 117/2021 CME	Requer a realização de Audiência Pública para discussão do tema: "Diagnóstico dos resultados ruins nos últimos leilões de petróleo".	Paulo Ganime	NOVO	RJ
REQ 118/2021 CME	Requer o aditamento ao requerimento nº REQ 117/2021 - CME, para inclusão de convidado na realização de audiência pública.	Padre João	PT	MG
REQ 119/2021 CME	Requer a realização de audiência pública, para discutir o preço da energia elétrica no País.	Luis Miranda	DEM	DF
REQ 120/2021 CME	Solicita realização de Audiência Pública Conjunta das Comissões de Legislação Participativa, Minas e Energia, Desenvolvimento Econômico e Trabalho, para debater os impactos da elevação constante dos preços dos combustíveis e do gás de cozinha – GLP sobre a economia nacional e nos consumidores.	Padre João	PT	MG
REQ 121/2021 CME	Requer o aditamento ao requerimento nº REQ 120/2021 - CME, para inclusão de convidado na realização de audiência pública.	Padre João	PT	MG
REQ 122/2021 CME	Requer a realização de audiência pública para discutir a agenda de combustível do setor aéreo, a política de preço de querosene de aviação e os combustíveis alternativos.	Edio Lopes	PL	RR
REQ 123/2021 CME	Requer a realização de Audiência Pública para debater os impactos do PL n° 1.873/2021 na economia do Brasil.	Paulo Ganime	NOVO	RJ
REQ 124/2021 CME	Solicita seja convocado o Sr. Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a fim de prestar esclarecimentos sobre a destruição do vertedouro da Barragem da Caatinga, em Engenho Dolabela, distrito de Bocaiuva/MG.	Lafayette de Andrada	REPUBLIC	MG
REQ 125/2021 CME	Requer o aditamento do REQ nº 119/2021 para inclusão de convidados em Audiência Pública a ser realizada nesta comissão, para "discutir o preço da energia elétrica no País".	Lafayette de Andrada	REPUBLIC	MG
REQ 126/2021 CME	Requer o aditamento do REQ nº 119/2021 para inclusão de convidado em Audiência Pública a ser realizada nesta comissão, para "discutir o preço da energia elétrica no País".	Elias Vaz	PSB	GO
REQ 127/2021 CME	Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Minas e Energia, para debater o extrativismo mineral familiar, na calha do Rio Madeira, no Estado do Amazonas.	Silas Câmara	REPUBLIC	AM
REQ 128/2021 CME	Solicita audiência pública para debater a decisão do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que manteve o percentual obrigatório de biodiesel no diesel em 10% (B10) para todo o ano de 2022.	Padre João	PT	MG
REQ 129/2021 CME	Requer a realização de mesa redonda no Município de Teixeiras – MG, para discutir os impactos socioambientais e violações de direitos humanos causadas pela empresa Zona da Mata Mineração (ZMM), nos Municípios de Teixeiras e Pedra do Anta - Minas Gerais	Padre João	PT	MG
REQ 130/2021 CME	Requer a convocação do Senhor Rogério Marinho, Ministro de Estado de Desenvolvimento Regional, no âmbito desta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre o projeto Pró-Águas Urucuia	Padre João	PT	MG
REQ 131/2021 CME	Requer a retificação do requerimento REQ 129/2021 CME, para substituir o termo "mesa redonda no Município de Teixeiras – MG" por "audiência pública".	Padre João	PT	MG
REQ 132/2021 CME	Requer a realização de audiência pública a fim de debater o projeto Pró-Águas Urucuia, em especial os impactos socioambientais da barragem	Padre João	PT	MG

Emendas Orçamentárias

EMENDAS À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 3			
Proposição	**Autor**	**Ementa**	**Apreciação**
LDO nº 2/2021	Comissão de Minas e Energia	Emenda de Meta - Planejamento do Setor Energético	13/07/2021 Aprovada
LDO nº 4/2021	Comissão de Minas e Energia	Emenda de Meta - Apoio à Política Nacional de Biocombustíveis - RenovaBio	13/07/2021 Aprovada
LDO nº 5/2021	Comissão de Minas e Energia	Emenda de Meta - Incentivo à Geração de Eletricidade Renovável	13/07/2021 Aprovada

EMENDAS À LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – 4			
Proposição	**Autor**	**Ementa**	**Apreciação**
EMENDA À LOA Nº 1/2021	Comissão de Minas e Energia	R$ 100.000.000,00. Apoio à Política Nacional de Biocombustíveis - RenovaBio.	10/11/2021 Aprovada
EMENDA À LOA Nº 2/2021	Comissão de Minas e Energia	R$ 200.000.000,00. Levantamentos Geológicos e Integração Geológica Regional - CPRM.	10/11/2021 Aprovada
EMENDA À LOA Nº 10/2021	Comissão de Minas e Energia	R$ 50.000.000,00. Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Norte.	10/11/2021 Aprovada
EMENDA À LOA Nº 16/2021	Comissão de Minas e Energia	R$ 500.000.000,00. Incentivo à Geração de Eletricidade Renovável.	10/11/2021 Aprovada

Equipe técnica

Comissão de Minas e Energia

Secretário-Executivo:

Fábio Gomes Ferreira

Assessores:

Clemar Pereira Gonçalves da Silva Côrtes

Leila Camila Pugliesi Pinheiro

Marcelo Sobral de Barros

Sandra Regina Furtado Ávila

Sylvio Otávio Baptista de Carvalho

Pró-adolescentes:

Ana Beatriz Barbosa de Moura

Jessika Ferreira de Souza

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Minas e Energia
Anexo II, Térreo, Ala C, sala 60, CEP 70160-900 – Brasília/DF
Telefones: (61) 3216-6711 - (61) 3216-6717
cme@camara.leg.br